

# Relatório do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

- Monitorização e  
Acompanhamento  
(Execução anual de 2015)

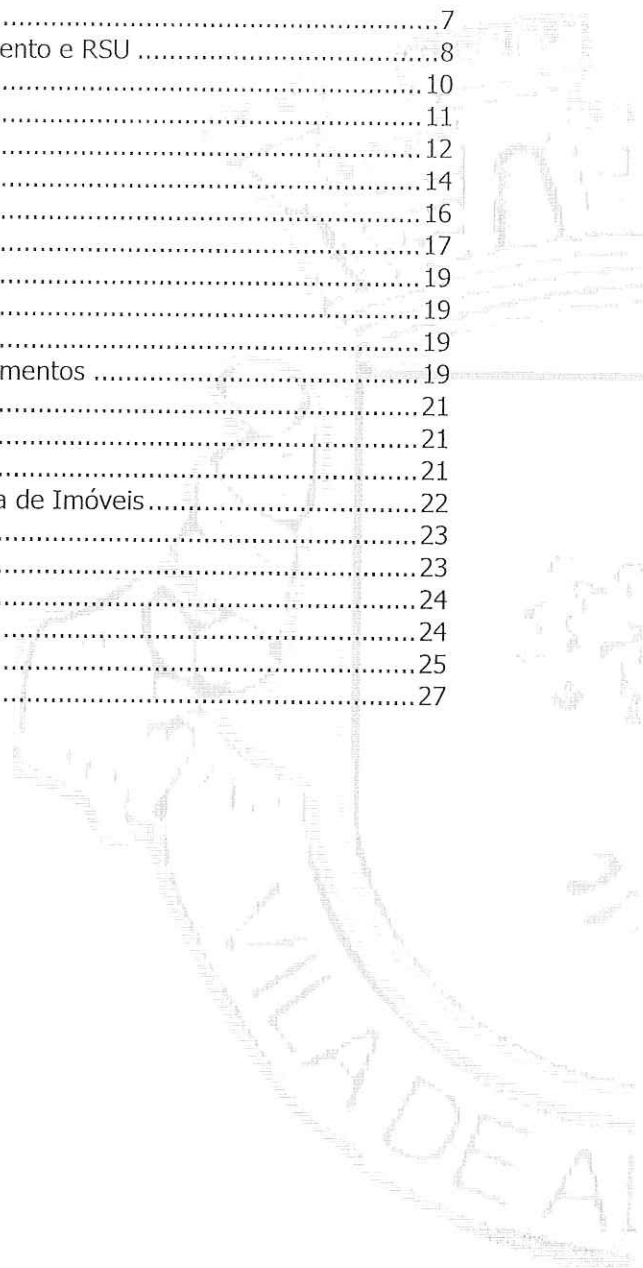
Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, regulamentada pela  
Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro



Município de  
**alvaiaçere**  
Sorte em viver aqui.

## ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS .....	2
1. ENQUADRAMENTO .....	3
2. MEDIDAS .....	7
2.1. Medida 1 – Taxas de IMI .....	7
2.2. Medida 2 – Preços municipais de água, saneamento e RSU .....	8
2.3. Medida 3 – Serviços Municipais .....	10
2.4. Medida 4 – Auto Consumos .....	11
2.5. Medida 5 – Despesas de funcionamento .....	12
2.6. Medida 6 – Plano de Eficiência Energética .....	14
2.7. Medida 7 – Transportes Escolares .....	16
2.8. Medida 8 – Número total de funcionários .....	17
2.9. Medida 9 – Processos de contraordenação .....	19
2.10. Medida 10 – Planeamento e Aprovisionamento .....	19
2.11. Medida 11 – Contabilidade Analítica .....	19
2.12. Medida 12 – Simplificação de Políticas e Procedimentos .....	19
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
3.1. Receita .....	21
3.1.1. Transferências do Orçamento de Estado .....	21
3.1.2. Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis .....	22
3.1.3. Alienações .....	23
3.1.4. Execuções Fiscais .....	23
3.2. Medidas de contenção da despesa .....	24
3.2.1. Orçamento Municipal .....	24
3.2.2. Regulamentos e Manuais de Utilizador .....	25
4. ANEXOS .....	27



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Endividamento .....	4
Figura 2 - Entidades Participadas e Entidades Que Podem Contribuir Para a Dívida Bruta .....	4
Figura 3 - Pagamentos em atraso .....	5
Figura 4 - Fundos disponíveis .....	6
Figura 5 - Receita de IMI (prevista vs arrecadada).....	7
Figura 6 - Gráfico representativo da evolução da receita de IMI .....	7
Figura 7 - Água, saneamento e RSU .....	8
Figura 8 - Gráfico representativo da evolução da receita de água, saneamento e RSU .....	9
Figura 9 - Gráfico representativo da evolução da receita de água, saneamento e RSU (valores executados receita vs despesa) .....	9
Figura 10 - Organigrama .....	10
Figura 11 - Comunicações em rede móvel .....	11
Figura 12 - Comunicações em rede fixa .....	11
Figura 13 - Energia eléctrica.....	12
Figura 14 - Gráfico representativo da evolução da despesa com autoconsumos .....	12
Figura 15 - Despesas de funcionamento.....	13
Figura 16 - Aquisição de bens e serviços (agrupamento 02) .....	13
Figura 17 - Gráfico representativo da evolução da despesa com aquisição de bens e serviços ..	14
Figura 18 - Iluminação pública.....	14
Figura 19 - Gráfico representativo da evolução da despesa com a iluminação pública .....	15
Figura 20 - Iluminação pública (despesa vs receita) .....	15
Figura 21 - Gráfico representativo da evolução da iluminação pública (valores executados despesa vs receita) .....	15
Figura 22 - Transportes escolares .....	16
Figura 23 - Gráfico representativo da despesa com os transportes escolares .....	16
Figura 24 - Evolução do número de colaboradores.....	17
Figura 25 - Gráfico representativo da evolução do número de colaboradores.....	17
Figura 26 - Despesas com o pessoal (agrupamento 01) .....	18
Figura 27 - Gráfico representativo da evolução das despesas com o pessoal .....	18
Figura 28 - Ações de formação .....	20
Figura 29 - Gráfico representativo da evolução da despesa com formação .....	20
Figura 30 - Transferências do OE.....	21
Figura 31 - Gráfico representativo da evolução das transferências do OE .....	22
Figura 32 - Receita de IMT .....	22
Figura 33 - Gráfico representativo da evolução da receita de IMT .....	23
Figura 34 - Execuções fiscais .....	23
Figura 35 - Orçamentos Municipais .....	24
Figura 36 - Gráfico representativo da evolução da execução do orçamento municipal (receita vs despesa) .....	25

## 1. ENQUADRAMENTO

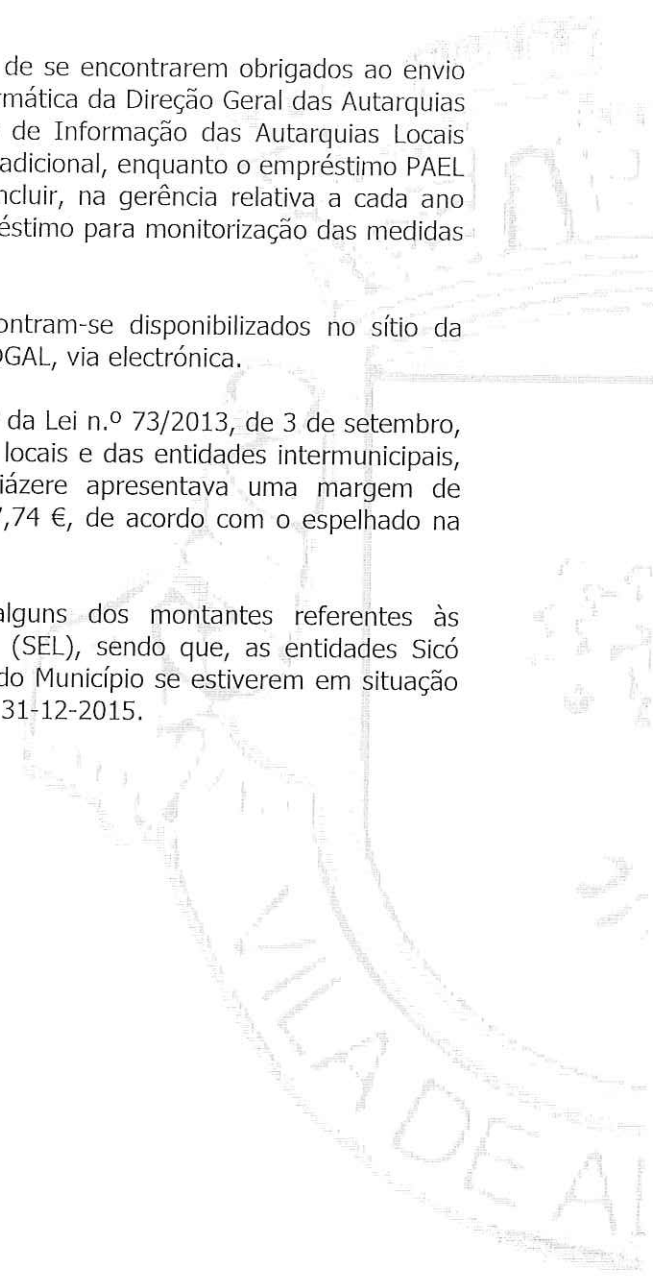
A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, diploma que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos Municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, no seu artigo 12.º, conjugado com o artigo 9.º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, prevê a monitorização e acompanhamento da execução dos objetivos e medidas no Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), com uma periodicidade anual.

Todos os Municípios que aderiram ao PAEL, para além de se encontrarem obrigados ao envio de toda a informação disponibilizada na plataforma informática da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), designadamente no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), estão ainda sujeitos à prestação de informação adicional, enquanto o empréstimo PAEL não for amortizado na sua totalidade, assim como a incluir, na gerência relativa a cada ano económico, um anexo sobre a execução do citado empréstimo para monitorização das medidas apresentadas no PAF.

Neste sentido, os *templates* para preenchimento encontram-se disponibilizados no sítio da internet do Portal Autárquico, devendo ser remetidos à DGAL, via electrónica.

Por outro lado, em resultado da aplicação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no término do ano de 2015, o Município de Alvaíazere apresentava uma margem de endividamento que ascendia ao montante de 3.577.687,74 €, de acordo com o espelhado na figura 1.

Até à presente data, apenas foram comunicados alguns dos montantes referentes às contribuições das entidades do setor empresarial local (SEL), sendo que, as entidades Sico Formação e WRC só contribuem para o endividamento do Município se estiverem em situação de desequilíbrio, facto este que não se verifica à data de 31-12-2015.





Receita corrente liquidada	Ano 2012	5.489.696,64 €
	Ano 2013	6.182.625,45 €
	Ano 2014	6.580.403,10 €
	<b>Média</b>	6.084.241,73 €
Regra do Endividamento	= 1,5 da média da receita corrente liquidada dos últimos 3 exercícios	9.126.362,60 €
Dívida a Terceiros em 31-12-2015	Conta 22	750.687,68 €
	Conta 23	3.990.519,41 €
	Conta 24	39.785,80 €
	Conta 26	1.077.812,10 €
	<b>Total</b>	5.858.804,99 €
Contribuição SEL em 31-12-2015	Sicó Formação	0,00 €
	WRC	0,00 €
	CIMRL	598,39 €
	ANMP	288,22 €
	Terras de Sicó	42.210,00 €
	ADXTUR	
	Enerdura	593,92 €
	<b>Total</b>	43.690,53 €
Dívida não orçamental	Conta 242	9.791,82 €
	Conta 244	330,83 €
	Conta 245	9.565,33 €
	Conta 263	101,21 €
	Conta 268	334.031,47 €
	<b>Total</b>	353.820,66 €
Dívida Total excluindo não orçamentais		5.548.674,86 €
<b>Margem de endividamento</b>		<b>3.577.687,74 €</b>

Figura 1 - Endividamento

Designação	NIPC	% Capital social detido pelo Município / Quota	Contribui para a dívida bruta	Controlo
Sicó Formação, S.A.	504600109	12,74%	SIM	NÃO
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	506053628	0,18%	SIM	NÃO
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	508035546	10,00%	SIM	NÃO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	0,42%	NÃO	NÃO
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	0,17%	NÃO	NÃO
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,28%	SIM	NÃO
Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento	503497720	13,70%	SIM	NÃO
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto	507925270		SIM	NÃO
Enerdura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	505074737	5,44%	SIM	NÃO

Figura 2 - Entidades Participadas e Entidades Que Podem Contribuir Para a Dívida Bruta

Face à informação constante na figura 2, importa referenciar que, nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, o sistema Águas do Centro - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, passou, a partir de 30 de junho de 2015, a integrar, por agregação, o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. Assim, a entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. sucedeu na posição contratual nos contratos celebrados com a empresa Águas do Centro, S.A.

Por outro lado, e no seguimento das deliberações tomadas pelos Órgãos Executivo e Deliberativo, o Município deixou de ter participação no capital social da entidade Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação. E.M., S.A., tendo procedido à alienação das suas ações no decurso do último trimestre do ano.

Por seu turno, e em conformidade com o preceituado na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro com as posteriores alterações, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, *“a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso”*.

Meses	Anos				
	2011	2012	2013	2014	2015
janeiro	-	2.413.039,56 €	2.137.289,97 €	232.287,46 €	296.405,14 €
fevereiro	-	2.426.665,30 €	2.134.363,97 €	231.798,68 €	293.068,25 €
março	-	2.421.392,72 €	2.132.629,18 €	216.035,72 €	292.917,79 €
abril	-	2.228.191,98 €	922.509,27 €	215.170,32 €	389.138,42 €
maio	3.082.010,80 €	2.214.458,12 €	919.489,22 €	207.323,28 €	597.860,32 €
junho	3.158.807,88 €	2.213.576,81 €	364.871,62 €	205.138,02 €	597.379,44 €
julho	3.107.588,23 €	2.196.184,50 €	362.842,15 €	134.000,18 €	593.534,44 €
agosto	3.127.594,03 €	2.185.837,93 €	360.774,19 €	193.219,61 €	699.947,21 €
setembro	2.991.377,14 €	2.184.539,27 €	349.523,82 €	164.219,34 €	711.371,76 €
outubro	2.995.922,26 €	2.155.657,69 €	313.517,08 €	171.188,13 €	947.078,34 €
novembro	2.653.893,15 €	2.147.141,37 €	281.279,74 €	212.631,95 €	1.212.480,90 €
dezembro	2.339.621,16 €	2.143.323,57 €	233.586,32 €	298.378,17 €	561.404,09 €

**Figura 3** - Pagamentos em atraso

Ainda de acordo com este diploma legal, a assunção de compromissos só deve ser feita após o cálculo dos fundos disponíveis, ou seja, deve verificar-se e comprovar a existência de verbas disponíveis em tesouraria num horizonte móvel de três meses. Assim, é importante espelhar a evolução destes valores ao longo dos últimos anos.

Meses	Anos			
	2012	2013	2014	2015
janeiro	-	1.327.093,48 €	-441.253,03 €	-678.155,89 €
fevereiro	-	3.168.000,49 €	-339.356,62 €	80.148,14 €
março	-	1.445.453,90 €	-506.277,62 €	-126.943,23 €
abril	-	1.622.043,42 €	-1.207.513,59 €	-292.116,64 €
maio	1.724,52 €	1.282.030,21 €	-1.753.384,69 €	-526.103,92 €
junho	2.415.898,34 €	1.605.929,21 €	-1.759.821,51 €	-225.710,54 €
julho	3.186.324,00 €	1.133.899,32 €	-1.544.276,35 €	325.820,76 €
agosto	3.401.266,14 €	1.567.339,42 €	-1.448.981,69 €	587.093,62 €
setembro	3.333.934,47 €	1.847.740,22 €	-1.290.735,73 €	285.622,12 €
outubro	3.570.168,62 €	-866.701,64 €	-3.682.851,91 €	-3.571.219,54 €
novembro	48.866,95 €	-889.380,33 €	-6.058.508,74 €	-2.357.264,30 €
dezembro	138.450,99 €	129.193,68 €	-4.708.487,85 €	-3.058.733,29 €

**Figura 4 - Fundos disponíveis**

*[Handwritten signatures and initials]*

## 2. MEDIDAS

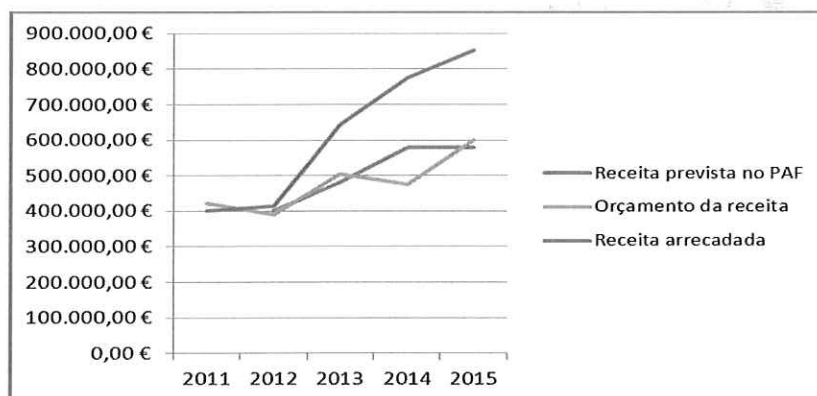
Aquando da adesão do Município ao Programa II do PAEL PAF, definido para um horizonte temporal de 14 anos, foram autopropostas algumas medidas, com o objetivo de racionalizar a despesa e otimizar a receita. Importa, agora, após o encerramento contabilístico do ano 2015, efetuar uma avaliação do cumprimento dos objetivos e medidas propostas no PAF, o qual se espelha de seguida.

### 2.1.MEDIDA 1 – TAXAS DE IMI

O quadro infra reflete o impacto da receita anual de IMI, sendo que para o ano de 2015, e à semelhança do ano anterior, se fixou a taxa de 0,4% para os prédios urbanos.

Anos	Receita anual de IMI			
	Prevista no PAF (1)	Orçamento Municipal <sup>1</sup> (2)	Arrecadada <sup>2</sup> (3)	Variação real (4) = (3) - (1)
<b>2011</b>	-	421.026,00 €	399.640,82 €	-
<b>2012</b>	399.543,48 €	389.220,00 €	414.348,32 €	14.804,84 €
<b>2013</b>	480.000,00 €	504.619,00 €	643.153,38 €	163.153,38 €
<b>2014</b>	580.000,00 €	475.000,00 €	774.160,99 €	194.160,99 €
<b>2015</b>	580.000,00 €	600.000,00 €	852.935,14 €	272.935,14 €

**Figura 5** - Receita de IMI (prevista vs arrecadada)



**Figura 6** - Gráfico representativo da evolução da receita de IMI

Com base no processo de avaliação geral e automática realizada a todos os prédios urbanos, nas regras definidas no Código de IMI e no preceituado da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, verifica-se um considerável acréscimo de receita arrecadada face ao inicialmente estimado.

<sup>1</sup> Orçamento Municipal corrigido pela 3.ª revisão orçamental, aprovada em sessão de Assembleia Municipal de 27-11-2015.

<sup>2</sup> De acordo com a informação disponível no Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira.

## 2.2.MEDIDA 2 – PREÇOS MUNICIPAIS DE ÁGUA, SANEAMENTO E RSU

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, determina a obrigatoriedade da adaptação dos regulamentos municipais de abastecimento de água, saneamento e águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, nos termos ali previstos e tendo por base as diversas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Tendo consciência desta realidade, o Município celebrou um contrato de prestação de serviços com uma entidade externa, que reviu a tabela de taxas e licenças e, também, a tabela de preços do Município. Nesta medida, está enquadrada a revisão dos preços de água, saneamento e RSU, prevendo-se o término deste trabalho, que inclui também os respetivos regulamentos, no decurso do 1.º semestre de 2016.

Anos	Água, Saneamento e RSU					
	Receita				Despesa	Défice de exploração
	Prevista no PAF (1)	Orçamento Municipal (2)	Receita liquidada (3)	Variação real da receita (4) = (3) - (1)	Faturada (5)	
2011	-	659.685,00 €	458.286,52 €	-	625.585,21 €	167.298,69 €
2012	460.000,00 €	535.000,00 €	565.235,39 €	105.235,39 €	713.261,33 €	148.025,94 €
2013	625.000,00 €	544.000,00 €	497.078,97 €	-127.921,03 €	634.331,21 €	137.252,24 €
2014	645.000,00 €	517.810,00 €	435.698,10 €	-209.301,90 €	584.742,76 €	149.044,66 €
2015	645.000,00 €	474.869,00 €	688.068,03 €	43.068,03 €	585.729,78 €	-102.338,25 €

Figura 7 - Água, saneamento e RSU

Da análise da figura supra, verifica-se que a receita liquidada é superior à prevista no PAF em 43.068,03€. Este valor, no entanto, não reflete ainda a reestruturação tarifária em curso. Neste âmbito, é importante referir e evidenciar o facto de o Município ter alterado a *softwarehouse* que processa e trata toda a informação relativa ao serviço de águas, saneamento e resíduos sólidos. Assim, adquiriu-se um programa compatível com os restantes utilizados nos serviços, permitindo uma interligação e um consequente automatismo que gera eficiência e eficácia dos serviços.

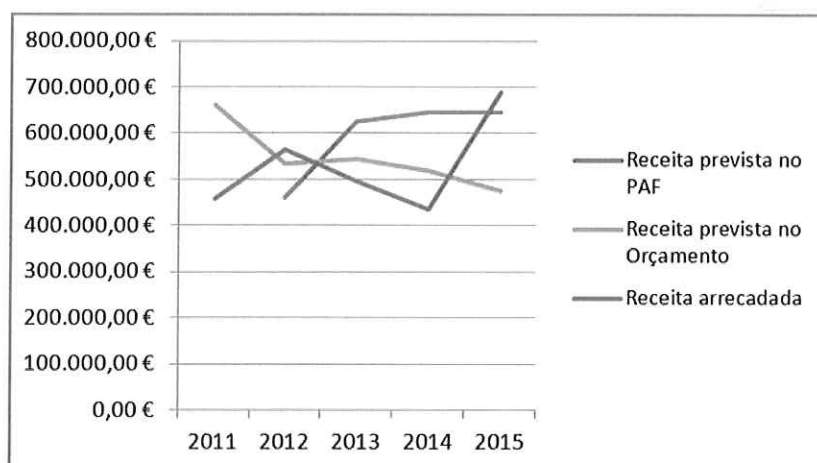
Obviamente que, como se tratou de uma alteração profunda dos procedimentos, foi necessária a adaptação dos técnicos e correspondente formação. Tal repercutiu-se no volume de faturação efetuada no último trimestre de 2015, no entanto, ainda assim, a receita liquidada excedeu não só a prevista em sede de PAF mas, também, em sede de orçamento municipal. Esta alteração de *softwarehouse* traduz-se, resumidamente, nas ações infra descritas:

- Leituras mensais reais, mediante a afetação de dois leitores;
- Reorganização dos circuitos de leitura;
- Introdução, verificação e processamento das leituras pelos serviços do Município;
- Cobranças por multibanco, CTT e débito direto efetuados pelos serviços do Município (antes efetuado pela operadora EDP).

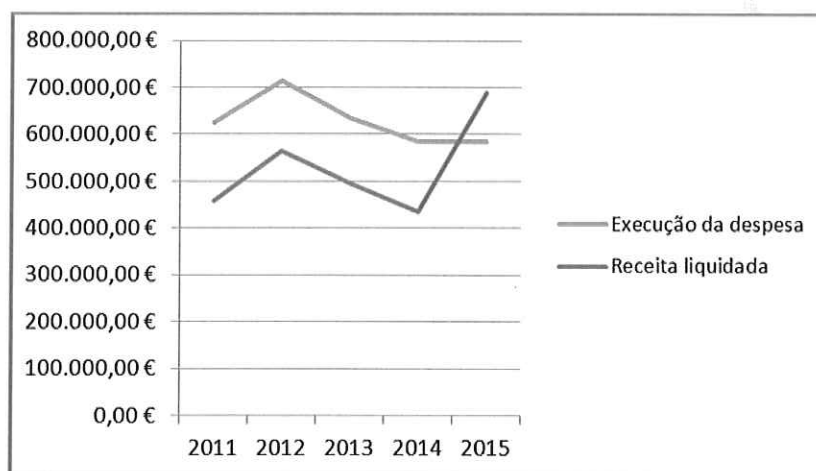
Esta mudança, há muito ambicionada e desejada, não foi fácil, mas permite-nos agora efetuar uma gestão plena e eficaz das nossas faturas e obter informação fidedigna sobre a tipologia de consumidores e consumos do Município. Com a anterior *softwarehouse* estes dados, essenciais a uma boa gestão da organização, não eram possíveis de ser obtidos sem o correspondente

pagamento. Trata-se de mais uma ferramenta de trabalho que está a ser melhorada, pois alguma informação deixada pela anterior *softwarehouse* não era a mais correta, o que exige aos trabalhadores envolvidos um esforço acrescido até ao seu pleno funcionamento, mas que trará os seus frutos a muito curto prazo. De realçar o empenho e a colaboração de todos quantos estiveram e estão envolvidos neste processo, cuja gestão não é fácil, face ao número de consumidores envolvidos e às enormes e profundas alterações de procedimentos que este processo comporta.

De referir, por último, que com a entrada em vigor da nova tabela de preços, é expectável uma melhoria significativa do volume da receita a cobrar pelo Município, tendo em conta a introdução de tarifas fixas as quais, como se sabe, se reporta aos custos em que a entidade gestora, neste caso a Câmara Municipal, incorre pela mera disponibilização do serviço aos consumidores em sede de dimensionamento de redes, equipamentos e infraestruturas de distribuição ou recolha, sua construção, operação, conservação e manutenção. Note-se que o consumidor servido, mesmo que não consuma qualquer quantidade de água ou não produza águas residuais, também onera a estrutura de custos do prestador do serviço.



**Figura 8** - Gráfico representativo da evolução da receita de água, saneamento e RSU



**Figura 9** - Gráfico representativo da evolução da receita de água, saneamento e RSU (valores executados receita vs despesa)



## 2.3.MEDIDA 3 – SERVIÇOS MUNICIPAIS

A reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência organizacional, assenta em apenas duas unidades orgânicas, pretendendo alcançar a excelência e melhoria dos serviços, desburocratizando tarefas por forma a otimizar os recursos, tempo e dinheiro (eficiência, eficácia e economia).

Em reunião de Câmara Municipal realizada a 20 de novembro e sessão de Assembleia Municipal de 27 de novembro, ambas do ano de 2013, foi aprovada a alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais<sup>3</sup>, de acordo com o preceituado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Como tal, esta medida foi totalmente executada.

Assim, tal como já foi referido, o Município possui duas unidades orgânicas: Administrativa e Financeira; Obras Municipais e Urbanismo, as quais podem ser lideradas por dirigentes intermédios de 2.º grau. De ressaltar, ainda, que estes cargos, à data de 31 de dezembro, não estão providos prevendo-se a sua ocupação no decurso do 1.º trimestre de 2016.

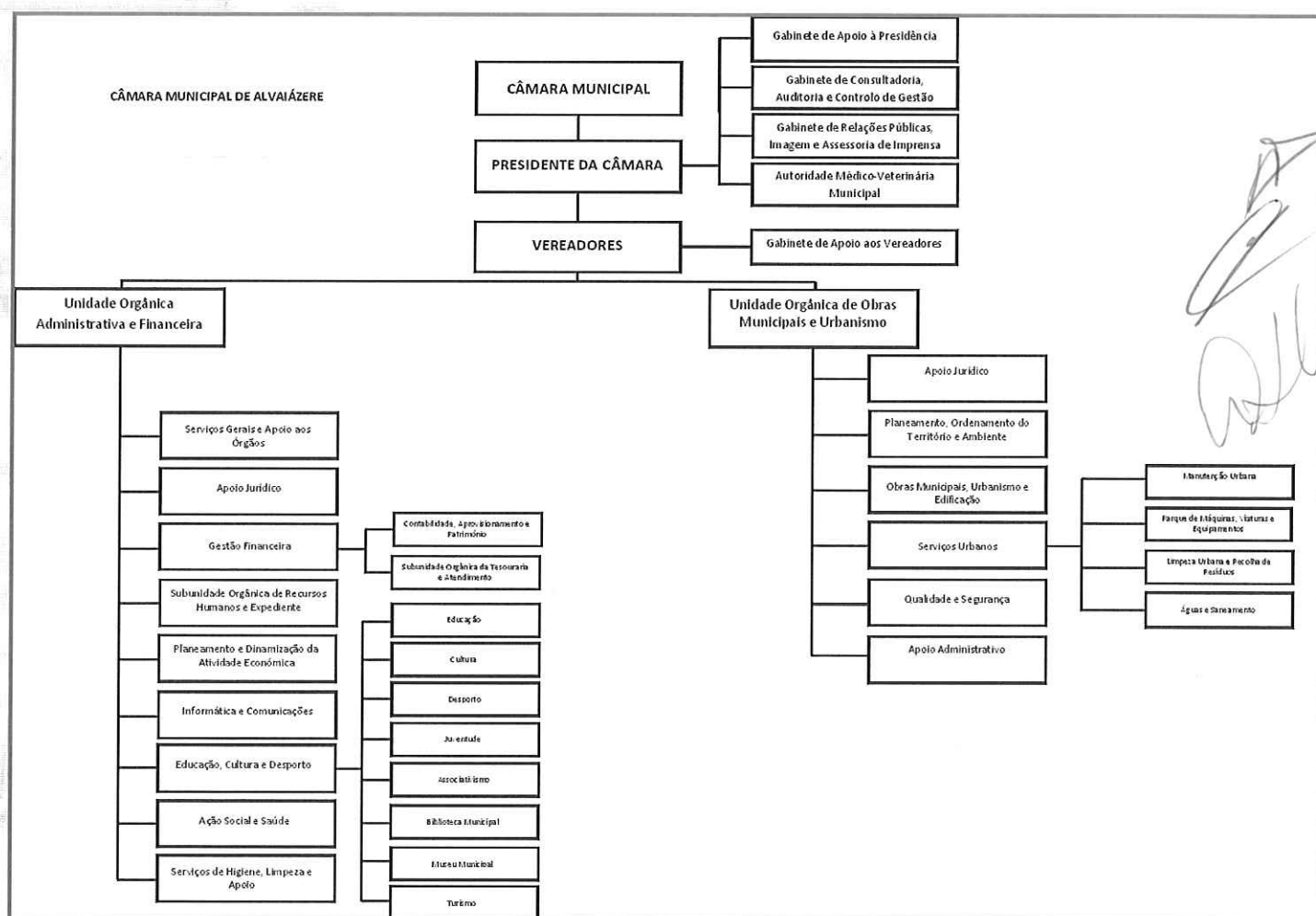


Figura 10 - Organograma

<sup>3</sup> Publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 239, através do Despacho n.º 16059/2013, de 10 de dezembro.

## 2.4.MEDIDA 4 – AUTO CONSUMOS

A redução e racionalização de autoconsumos municipais, como nos minutos e quantidade de comunicações (fixas e móveis) e nos kw/hora de energia elétrica despendida nas instalações, passa pela alteração de pequenas práticas, como por exemplo:

- recurso ao endereço electrónico;
- imposição de restrições de chamadas em alguns dos equipamentos móveis, apenas para uso entre os números da rede (contrato);
- políticas de sensibilização para o desligar de alguns equipamentos em horas de pausa (impressoras, fotocopiadoras, computadores, monitores, colunas de som, equipamentos de ar condicionado, aquecedores...).

Comunicações em rede móvel				
Anos	Consumo		Despesa	
	Minutos (hh:mm:ss)	Diferença (n - n-1)	€	Diferença (n - n-1)
2011	2568:38:35		26.484,97 €	
2012	2509:38:37	- 58:59:58	22.023,82 €	-4.461,15 €
2013	2534:43:18	25:04:41	26.031,47 €	4.007,65 €
2014	2312:51:07	- 277:20:32	25.700,33 €	-331,14 €
2015	1823:28:09	- 489:22:58	25.866,30 €	165,97 €

**Figura 11** - Comunicações em rede móvel

De realçar que, também neste âmbito, pretende-se, no decurso do próximo ano, efetuar uma renegociação dos preços praticados no âmbito das operadoras de telemóvel, sendo expectável uma redução da despesa.

Comunicações em rede fixa				
Anos	Consumo		Despesa	
	Quantidade <sup>4</sup>	Diferença (n - n-1)	€	Diferença (n - n-1)
2011	20.241		10.881,04 €	
2012	15.297	-4.944	11.503,87 €	622,83 €
2013	16.001	703	11.497,00 €	-6,87 €
2014	14.486	-1.515	13.999,51 €	2.502,51 €
2015	9.243	-5.243	10.473,92 €	-3.525,59 €

**Figura 12** - Comunicações em rede fixa

<sup>4</sup> Pelo tipo de faturação disponível, não é possível contabilizar em unidade de tempo as comunicações fixas realizadas, mas sim em quantidade (número de chamadas efetuadas).



Energia elétrica (Instalações)				
Anos	Consumo		Despesa	
	kw/hora	Diferença (n - n-1)	€	Diferença (n - n-1)
2011	588.855		87.557,70 €	
2012	551.962	-36.893	114.439,80 €	26.882,10 €
2013	545.118	-6.844	119.068,81 €	4.629,01 €
2014	661.076	115.958	122.044,32 €	2.975,51 €
2015	601.624	-59.452	137.782,98 €	15.738,66 €

Figura 13 - Energia eléctrica

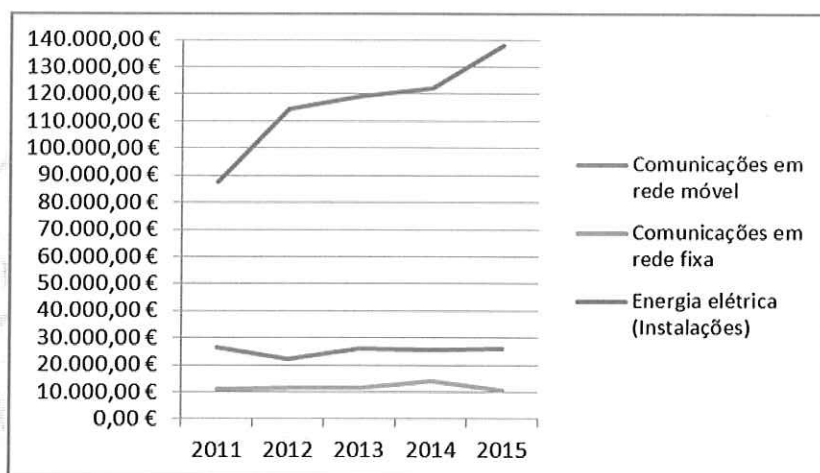


Figura 14 - Gráfico representativo da evolução da despesa com autoconsumos

## 2.5.MEDIDA 5 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

A redução e racionalização de despesas de funcionamento, designadamente, nos custos com seguros, manutenção de elevadores, material de economato e de *stock*, entre outros, passa pela celebração de contratos, através da realização de procedimentos concursais que permitam a agregação de bens e/ou serviços, cujo principal objetivo é o da obtenção das melhores condições de mercado.

A título de exemplo, temos:

- adesão à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL);
- estudo para a abertura de procedimento concursal no âmbito dos seguros, a desenvolver através da central de compras da CIM;
- estudo para a abertura de procedimento concursal no âmbito do fornecimento de gás;
- estudo para a abertura de procedimento concursal no âmbito do fornecimento de inertes;
- estudo para a abertura de procedimento concursal no âmbito do fornecimento de material de limpeza;

- estudo para a abertura de procedimento concursal no âmbito do serviço de manutenção de viaturas e máquinas;
- celebração de contrato para a prestação de serviços de manutenção de elevadores (datado de 29-09-2014);
- celebração de contratos de fornecimento contínuo de materiais de stock (datado de 29-12-2014);
- celebração de contrato para a prestação de serviços de análise de águas (datado de 28-09-2014);
- celebração de contrato para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares (contratos datados de 01-10-2010, 02-08-2013, 15-09-2014 e 17-09-2015);
- celebração de contrato para a prestação de serviços de saúde no trabalho (datado de 24-08-2015);
- celebração de contrato para a prestação de serviços de transportes escolares (datado de 28-09-2015);
- celebração de contrato para fornecimento de combustíveis rodoviários – gasóleo (contratos datados de 21-10-2010, 19-12-2012 e 08-05-2014).

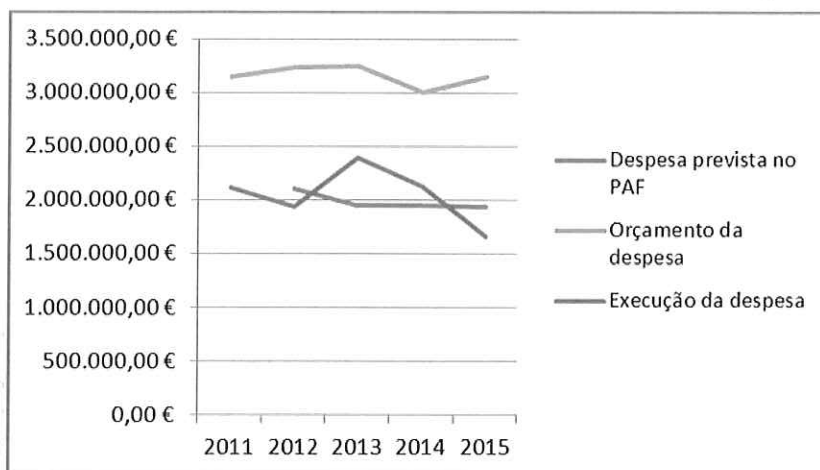
Anos	Valores Executados							
	Seguros	Gás	Transportes Escolares	Saúde no trabalho	Manutenção de elevadores	Análise de águas	Refeições escolares	Combustíveis rodoviários
<b>2011</b>	43.523,82 €	82.704,22 €	111.220,18 €	5.627,71 €	4.334,66 €	2.885,32 €	54.942,30 €	165.504,59 €
<b>2012</b>	35.532,21 €	102.353,62 €	127.175,72 €	5.947,23 €	10.177,93 €	7.174,37 €	68.549,89 €	162.535,38 €
<b>2013</b>	50.454,07 €	101.331,93 €	90.682,38 €	5.465,65 €	1.384,03 €	6.295,24 €	76.382,95 €	167.799,11 €
<b>2014</b>	51.274,49 €	96.171,06 €	99.664,63 €	5.259,90 €	1.682,97 €	6.233,25 €	78.006,41 €	150.440,33 €
<b>2015</b>	59.445,09 €	75.410,45 €	99.720,08 €	4.817,10 €	6.309,90 €	2.135,16 €	63.553,06 €	133.114,04 €

Figura 15 - Despesas de funcionamento

Anos	Aquisição de bens e serviços <sup>5</sup>			
	Prevista no PAF (1)	Orçamento Municipal (2)	Execução (3)	Variação real (4) = (3) - (1)
<b>2011</b>	-	3.141.223,00 €	2.117.920,35 €	-
<b>2012</b>	2.097.920,35 €	3.229.600,00 €	1.932.420,02 €	-165.500,33 €
<b>2013</b>	1.951.270,35 €	3.250.410,62 €	2.391.880,64 €	440.610,29 €
<b>2014</b>	1.942.020,35 €	3.006.577,08 €	2.129.870,70 €	187.850,35 €
<b>2015</b>	1.937.920,35 €	3.141.223,00 €	1.662.447,59 €	-275.472,76 €

Figura 16 - Aquisição de bens e serviços (agrupamento 02)

<sup>5</sup> No conceito de aquisições de bens e serviços em análise estão contempladas as rubricas da despesa do agrupamento 02 - Aquisição de bens e serviços, com exceção das classificações económicas 020108 - Material de escritório, 02012001 - Material didático e 020215 - Formação, por ter sido este o critério utilizado aquando da adesão ao PAEL.



**Figura 17** - Gráfico representativo da evolução da despesa com aquisição de bens e serviços

Também aqui é importante referenciar que foi obtida uma considerável redução, face ao previsto, não só em orçamento mas, também, em sede PAF.

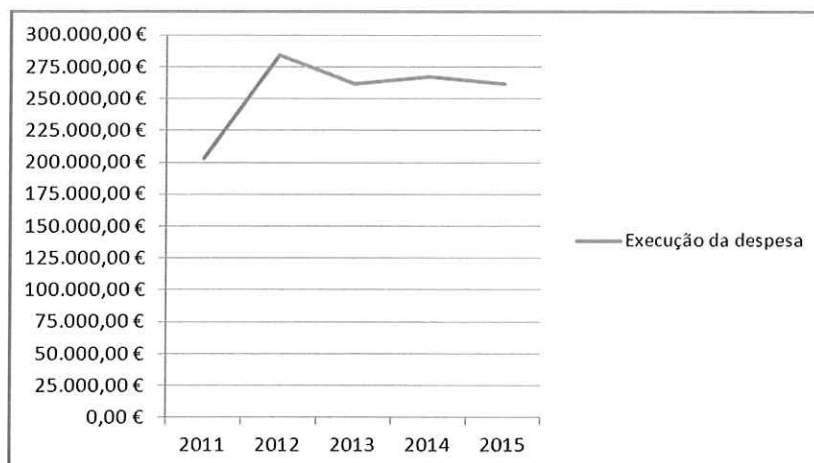
## 2.6. MEDIDA 6 – PLANO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública, correspondente à instalação de relógios astronómicos, programadores eletrónico-digitais para controlo automático de ligações e cortes em todas as freguesias, tem como intuito a poupança nos custos com a iluminação pública no concelho.

Anos	Eficiência energética			
	Consumo		Execução	
	kw/hora	Diferença (n - n-1)	€	Diferença (n - n-1)
2011	1.833.840		203.095,15 €	
2012	2.146.529	312.689	283.857,60 € <sup>6</sup>	80.762,45 €
2013	1.789.423	-357.106	261.758,26 €	-22.099,34 €
2014	1.800.932	11.509	266.965,92 €	5.207,66 €
2015	1.582.107	-218.825	261.664,15 €	-5.301,77 €

**Figura 18** - Iluminação pública

<sup>6</sup> Nos montantes faturados no ano de 2012, face ao ano de 2011, está refletida a alteração da taxa de IVA, nomeadamente, de taxa reduzida para a aplicação da taxa normal.

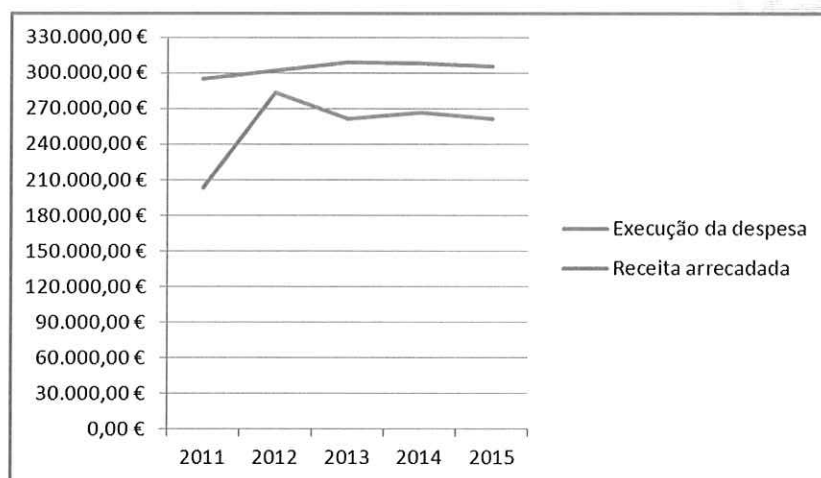


**Figura 19** - Gráfico representativo da evolução da despesa com a iluminação pública

De ressaltar, o facto de que, trimestralmente, o Município de Alvaiaçere recebe um montante referente à renda de concessão por parte da entidade da EDP.

Anos	Iluminação Pública		
	Despesa (1)	Receita (2)	Variação (3) = (2) - (1)
<b>2011</b>	203.095,15 €	294.908,36 €	91.813,21 €
<b>2012</b>	283.857,60 €	302.051,76 €	18.194,16 €
<b>2013</b>	261.758,26 €	309.353,16 €	47.594,90 €
<b>2014</b>	266.965,92 €	307.913,44 €	40.947,52 €
<b>2015</b>	261.664,15 €	305.135,80 €	43.471,65 €

**Figura 20** - Iluminação pública (despesa vs receita)



**Figura 21** - Gráfico representativo da evolução da iluminação pública (valores executados despesa vs receita)

## 2.7.MEDIDA 7 – TRANSPORTES ESCOLARES

Para o ano letivo 2015/2016, com o Centro Escolar de Mações de D. Maria e com a abertura do novo Centro Escolar de Alvaiázere, tornou-se necessário repensar o transporte do público escolar do ensino pré-escolar e do 1.º CEB. Assim, e após a realização de um estudo da rede de transportes, com o objetivo de definir circuitos e apurar custos permitindo uma racionalização e otimização da rede, recorreu-se a um procedimento concursal, na modalidade de concurso público, que visa assegurar o transporte diário dos alunos para os referidos estabelecimentos de ensino. Este tipo de transportes, como se sabe, é gratuito para todos os alunos que frequentam aqueles estabelecimentos de ensino.

O procedimento foi adjudicado por 174.660,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, vigorando até ao término do presente ano letivo.

Transportes Escolares			
Anos	Orçamento Municipal	Execução	Diferença (n - n-1)
2011	150.000,00 €	111.220,18 €	
2012	165.000,00 €	127.175,72 €	15.955,54 €
2013	135.000,00 €	90.682,38 €	-36.493,34 €
2014	163.000,00 €	99.664,63 €	8.982,25 €
2015	200.000,00 €	99.720,08 € <sup>7</sup>	55,45 €

Figura 22 - Transportes escolares

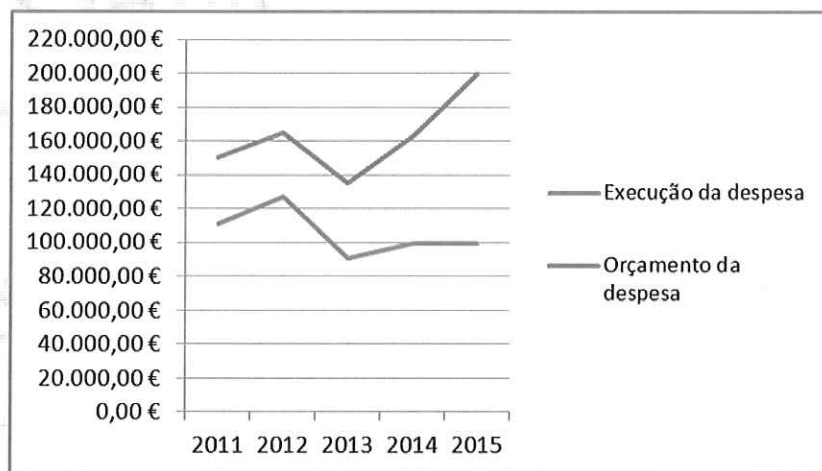


Figura 23 - Gráfico representativo da despesa com os transportes escolares

<sup>7</sup> Ressalte-se que à data de 31 de dezembro, a entidade contratada para a realização do serviço de transportes escolares, ainda não procedera à faturação referente ao 1.º período letivo do ano escolar 2015/2016.

## 2.8.MEDIDA 8 – NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS

No cumprimento dos preceitos legais em vigor, no decurso do ano de 2015, ocorreram quatro desvinculações e cinco admissões no quadro de pessoal.

No decurso do 4.º trimestre de 2015, ocorreram admissões, das quais quatro foram de assistentes operacionais, no domínio da educação e ao abrigo do n.º 5 do art. 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2014. Estes últimos, ao abrigo do n.º 5 do art. 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não são contabilizados para efeitos do cálculo da redução do número de trabalhadores na Administração Local.

Salienta-se ainda que, de acordo com o Balanço Social de 2015, existem dois colaboradores temporariamente ausentes há mais de 6 meses, designadamente, um assistente técnico com licença sem remuneração desde 20-11-2014 e um assistente operacional ausente por motivo de faltas por acidente em serviço ocorrido em 05-09-2014. Por conseguinte, a 31 de dezembro, efetivamente apenas se contabilizam 91 colaboradores ao serviço do Município.

Neste âmbito, o Município cumpriu com o determinado no PAEL e nas sucessivas Leis do Orçamento de Estado.

Anos	Colaboradores					
	Prevista no PAF	N.º de Colaboradores (início do período)	Aposentações / Desvinculações	Admissões	N.º de Colaboradores (fim do período)	Variação real
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) + (4)	(6) = (5) - (1)
2011	102	111	13	4	102	0
2012	101	102	1	1	102	1
2013	100	102	5	2	99	-1
2014	100	99	7	0	92	-8
2015	100	92	4	5	93	-7

Figura 24 - Evolução do número de colaboradores

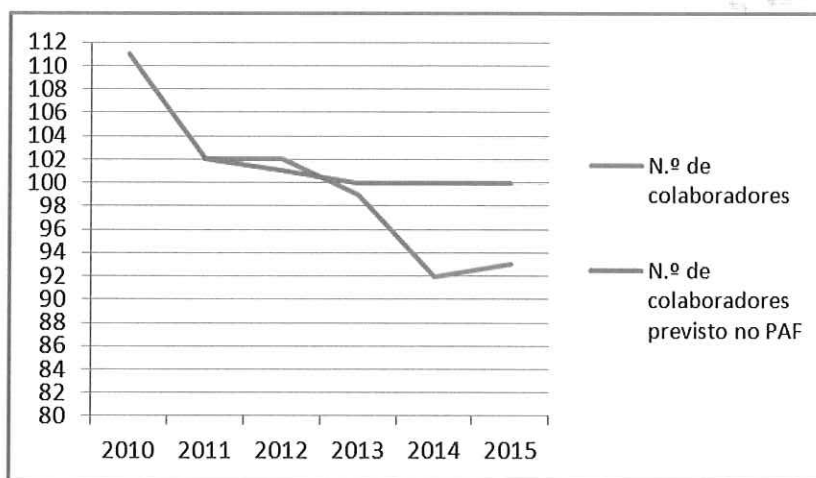


Figura 25 - Gráfico representativo da evolução do número de colaboradores

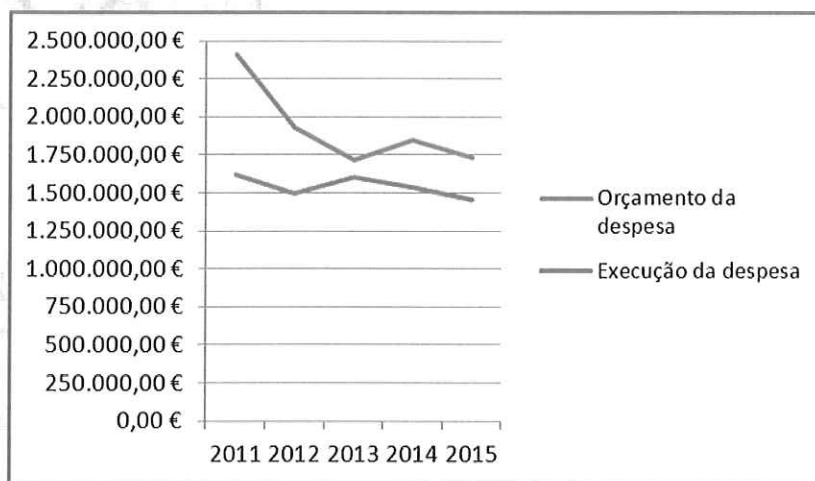
De acordo com a projeção efetuada em sede do PAEL, o Município superou a meta a que se propôs, sendo que pela análise ao quadro supra e com base nos dados do Balanço Social de 2015, verifica-se que o Município de Alvaiazero possuía, à data de 31 de dezembro, apenas 93 colaboradores, sendo que dois deles estão ausentes há mais de 6 meses.

As despesas com os recursos humanos englobam, designadamente, nas suas respetivas rubricas de classificação económica:

- remunerações certas e permanentes dos membros dos órgãos autárquicos e do pessoal abrangido pelo regime da função pública ou em qualquer outra situação;
- encargos inerentes à Segurança Social (subsistema de saúde);
- outras despesas: trabalho extraordinário, ajudas de custo, alimentação, abonos diversos e seguros.

Anos	Despesas com o pessoal		
	Orçamento Municipal	Execução	Diferença (n - n-1)
2011	2.412.249,00 €	1.620.175,45 €	
2012	1.927.885,31 €	1.498.943,98 €	-121.231,47 €
2013	1.719.050,00 €	1.600.075,03 € <sup>8</sup>	101.131,05 €
2014	1.843.960,00 €	1.535.091,05 €	-64.983,98 €
2015	1.733.152,00 €	1.452.796,25 €	-82.294,80 €

**Figura 26** - Despesas com o pessoal (agrupamento 01)



**Figura 27** - Gráfico representativo da evolução das despesas com o pessoal

<sup>8</sup> O aumento das despesas com o pessoal, em 2013 relativamente a 2012, prende-se com as alterações legislativas introduzidas, nomeadamente: a reposição do pagamento dos subsídios de férias e de Natal e o aumento com os encargos da saúde e das contribuições, por parte do Município enquanto entidade empregadora, para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.



## **2.9. MEDIDA 9 – PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO**

No que concerne aos processos de contraordenação, os quais se traduzem em infrações ou factos ilícitos puníveis com sanção pecuniária, continua-se a apostar na formação dos recursos humanos e concentração de esforços/ações, com vista à simplificação e celeridade das tarefas. Trata-se de uma área que se encontra a ser desenvolvida em conjunto com os juristas que prestam assessoria ao Município.

Neste âmbito, existe uma oportunidade de melhoria para o Município. No entanto, na estrutura orgânica do Município de Alvaiaçere, não existe a figura de Fiscal Municipal, o que dificulta a operacionalização dos processos de contraordenação.

## **2.10. MEDIDA 10 – PLANEAMENTO E APROVISIONAMENTO**

O esmero de funções na área do planeamento e aprovisionamento, evidencia-se através da centralização das funções de economato e pela reorganização dos serviços municipais. Neste sentido, foi designado o Fiel de Armazém e o Responsável pela Inventariação Física das existências em armazém.

Esta matéria encontra-se devidamente regulamentada na norma de controlo interno em vigor no Município, à qual tem sido dado cumprimento.

De igual modo, e com a implementação da contabilidade analítica, foi possível repensar o serviço de aprovisionamento, o qual tem sofrido melhorias. Também nesta área, a falta de recursos humanos especializados, provoca algum atraso na implementação de medidas que conduzam ao funcionamento pleno desta ação. No entanto, no decurso do próximo ano estão previstas algumas ações que permitam um aumento da eficácia e eficiência deste serviço.

## **2.11. MEDIDA 11 – CONTABILIDADE ANALÍTICA**

O sistema de contabilidade analítica encontra-se devidamente implementado, pelo que esta medida está alcançada.

## **2.12. MEDIDA 12 – SIMPLIFICAÇÃO DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS**

Para efeito de simplificação de processos, funções e ações, as medidas adotadas pressupõem:

- desburocratização de processos através da simplificação e uniformização de impressos/requerimentos;
- apoio e esclarecimentos prestados;
- criação de manuais de procedimentos internos e definição de respetivos circuitos;
- celebração de acordos e protocolos com entidades cooperantes;
- Licenciamento Zero;
- implementação de boas práticas;
- implementação do Sistema da Qualidade (NP EN ISO 9001).

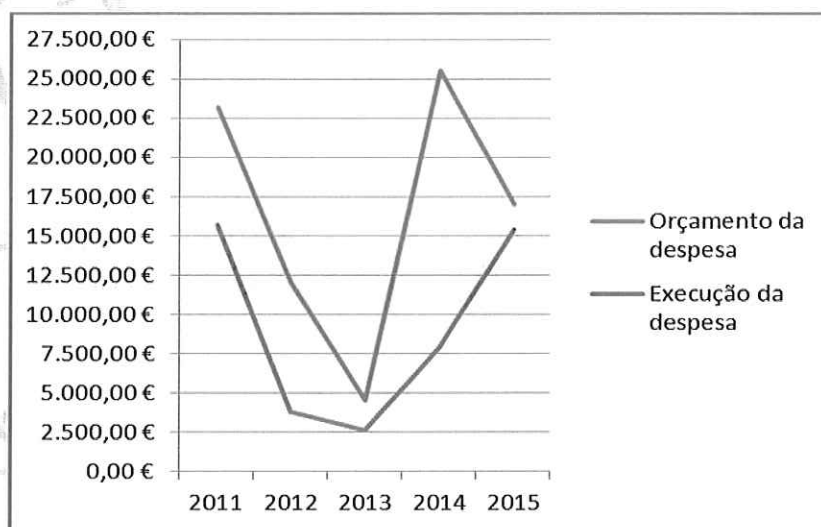


Neste âmbito, são muitos os projetos que se pretendem implementar, dos quais são exemplo: a aquisição de novo *software* de gestão documental; implementação da utilização da assinatura de qualificação (digital); criação/alteração de diversos regulamentos; revisão da norma de controlo interno, entre outros.

Concomitantemente, o Município continua a apostar na formação dos seus colaboradores, de forma a contribuir para a melhoria na aprendizagem e aperfeiçoamento de funções.

Anos	Formação				
	N.º de Ações	Horas	Despesa		
			Orçamento Municipal	Execução	Variação
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (4) - (3)
<b>2011</b>	22	1.497	23.177,00 €	15.705,00 €	-7.472,00 €
<b>2012</b>	21	638	12.000,00 €	3.814,40 €	-8.185,60 €
<b>2013</b>	53	2.447	4.500,00 €	2.617,15 €	-1.882,85 €
<b>2014</b>	79	1.713	25.500,00 €	7.927,27 €	-17.572,73 €
<b>2015</b>	16	508	17.000,00 €	15.369,82 €	-1.630,18 €

**Figura 28 - Ações de formação**



**Figura 29 - Gráfico representativo da evolução da despesa com formação**

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de tudo o que já foi elencado anteriormente, o Município de Alvaiázere propõe-se ainda, anualmente, a criar medidas para maximizar a receita e racionalizar a despesa.

Mais uma vez, é de realçar o facto de não existirem recursos humanos qualificados suficientes, o que dificulta e atrasa a implementação e formulação de medidas e propostas de forma mais célere. O trabalho realizado pelos poucos colaboradores, que constituem o mapa de pessoal do Município, tem sido incansável, no sentido de permitir que o Município consiga acompanhar o ritmo das constantes e profundas alterações legislativas, não deixando de executar o seu trabalho diário e revendo normas e procedimentos que permitam otimizar os serviços, com o objetivo de alcançar, sempre, o interesse público. Este tipo de trabalho é, muitas vezes, desenvolvido pelos próprios colaboradores, sem o recurso a qualquer empresa de assessoria, o que denota a capacidade, o empenho e a vontade de alcançar a excelência. Tal tem permitido cumprir com o compromisso assumido em sede de PAEL.

Seguidamente faremos um breve resumo da evolução de algumas das receitas municipais, percebendo a sua tendência e de alguns projetos/ações que se pretendem realçar, permitindo um melhor conhecimento da realidade municipal, a qual tem sempre como objetivo último o interesse público e a satisfação dos nossos Municípios.

#### 3.1. RECEITA

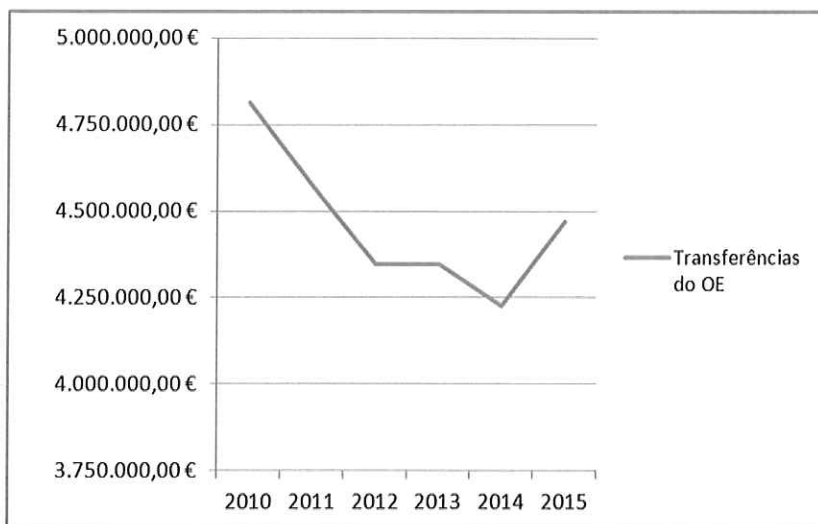
##### 3.1.1. TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO

No âmbito das transferências do Orçamento de Estado (OE), o Município de Alvaiázere tem arrecadado os seguintes montantes:

Anos	Receita arrecadada				
	FEF (corrente e de capital)	FSM	IRS	TOTAL	Variação anual
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(n - n-1)
<b>2010</b>	4.592.753,00 €	112.616,00 €	109.565,00 €	4.814.934,00 €	
<b>2011</b>	4.372.765,00 €	107.222,00 €	94.200,00 €	4.574.187,00 €	-240.747,00 €
<b>2012</b>	4.146.963,00 €	101.748,00 €	96.718,00 €	4.345.429,00 €	-228.758,00 €
<b>2013</b>	4.146.963,00 €	101.748,00 €	96.718,00 €	4.345.429,00 €	0,00 €
<b>2014</b>	4.022.508,00 €	101.748,00 €	101.461,00 €	4.225.717,00 €	-119.712,00 €
<b>2015</b>	4.205.111,00 €	133.094,00 €	130.144,00 €	4.468.349,00 €	242.632,00 €

Fonte: Lei do Orçamento de Estado

**Figura 30** - Transferências do OE



**Figura 31** - Gráfico representativo da evolução das transferências do OE

Pela análise ao quadro supra, verifica-se que no ano de 2015 existe um aumento na receita arrecadada do Fundo Social Municipal (FSM). Este aumento prende-se com o facto de que as transferências dos transportes escolares do 3.º ciclo de ensino básico provenientes da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), passaram a ser efetuadas por via das transferências do OE.

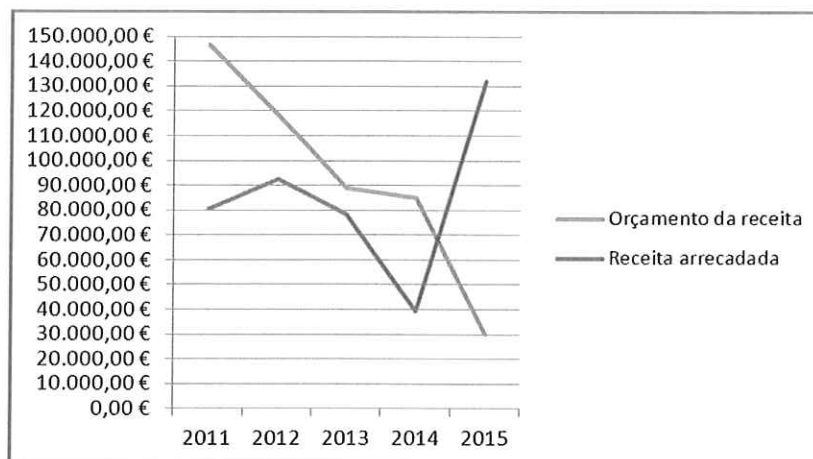
### 3.1.2. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE A TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS

O Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) irá sofrer alterações, nos termos do artigo 81.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e que se traduzem numa redução desta receita para o Município.

Anos	Receita anual de IMT		
	Orçamento Municipal (1)	Arrecadada <sup>9</sup> (2)	Variação (n - n-1)
2011	146.730,00 €	80.660,76 €	
2012	118.159,00 €	92.617,75 €	11.956,99 €
2013	88.886,00 €	78.325,61 €	-14.292,14 €
2014	85.000,00 €	39.294,06 €	-39.031,55 €
2015	30.000,00 €	132.034,14 €	92.740,08 €

**Figura 32** - Receita de IMT

<sup>9</sup> De acordo com a informação disponível no Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira.



**Figura 33** - Gráfico representativo da evolução da receita de IMT

### 3.1.3. ALIENAÇÕES

No ano de 2015, o Município de Alvaiázere alienou três viaturas pertencentes ao seu parque de máquinas e viaturas, designadamente, um veículo ligeiro de passageiros e dois tratores agrícolas, totalizando o montante de 7.296,00 €.

O Município de Alvaiázere colocou também à venda, em cumprimento da deliberação de Câmara Municipal de 19-11-2014, a sua participação de 0,15 % no capital social da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação. E.M., S.A. A totalidade das ações sociais detidas pelo Município, que correspondem a 1.002 ações, foram vendidas por um valor nominal por ação de 0,01 €.

### 3.1.4. EXECUÇÕES FISCAIS

No que concerne aos processos de execuções fiscais, que têm como objetivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município, é prioridade do Município de Alvaiázere melhorar as suas práticas e respetivos trâmites. Neste sentido, em 2015, o Município adquiriu um *software* que efetua a gestão automática destes processos, o que permite gerir de forma eficaz e eficiente os procedimentos desta natureza. Por outro lado, está em elaboração um manual de procedimentos internos que permitirá otimizar este serviço.

Anos	Execuções Fiscais	
	Valores cobrados	Juros
2011	8.696,90 €	711,35 €
2012	9.246,71 €	670,76 €
2013	9.336,07 €	776,38 €
2014	906,71 €	304,02 €
2015	2.779,69 €	989,38 €

**Figura 34** - Execuções fiscais

### 3.2.MEDIDAS DE CONTENÇÃO DA DESPESA

#### 3.2.1. ORÇAMENTO MUNICIPAL

O orçamento municipal é um documento constituído pelo orçamento da receita e da despesa e pelas Grandes Opções do Plano (GOP), decompostas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Atividades Mais Relevantes (AMR), e deve apresentar a previsão económica e financeira de todas as receitas e despesas que se preveem arrecadar e realizar num período anual, com o intuito de espelhar a atividade do Órgão Executivo.

Mediante estes pressupostos, e de acordo com as obrigações legais no âmbito da adesão ao PAEL, foi sendo intenção do Órgão Executivo a redução dos valores apresentados em sede de documentos previsionais, vulgo orçamento municipal.

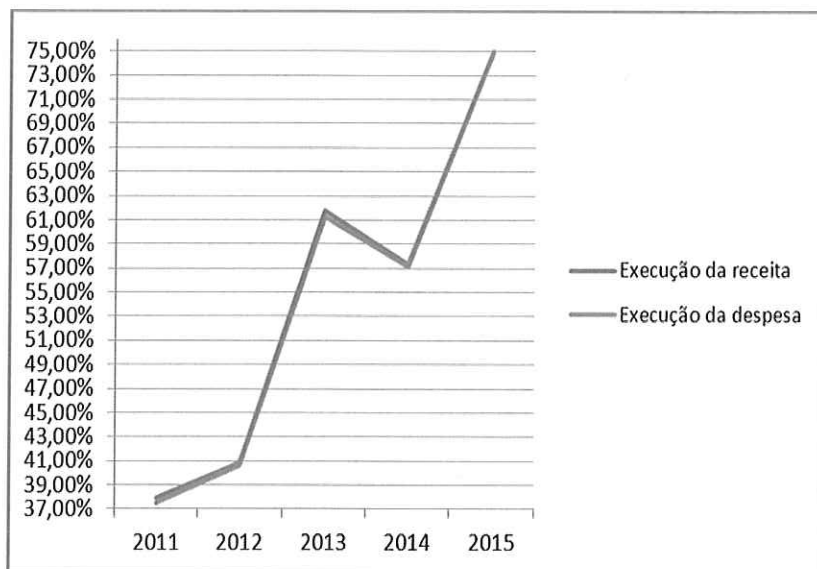
Salienta-se ainda, que no âmbito dos preceitos legais da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foi criado o regulamento que estabelece as regras e procedimentos do Município de Alvaiázere aplicáveis à execução orçamental e obrigatórios a todos os serviços e unidades orgânicas, designado Normas de Execução Orçamental (NEO).

Este regulamento, que integra os documentos previsionais (orçamento municipal), atribui responsabilidades a cada serviço pela gestão dos meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade, na medida da sua otimização e rigorosa utilização.

Anos	Orçamento Municipal				
	Orçamento Municipal	Execução da Receita		Execução da Despesa	
		Valor	%	Valor	%
<b>2011</b>	26.628.290,85 €	10.092.383,57 €	37,880%	9.976.525,26 €	37,508%
<b>2012</b>	23.847.705,31 €	9.746.165,77 €	40,840%	9.679.938,87 €	40,591%
<b>2013</b>	16.512.582,90 €	10.216.059,41 €	61,802%	10.119.509,33 €	61,284%
<b>2014</b>	13.582.716,58 €	7.795.336,01 €	57,365%	7.753.484,15 €	57,083%
<b>2015</b>	13.741.851,86 €	10.314.685,92 €	75,031%	10.293.578,63 €	74,907%

**Figura 35 - Orçamentos Municipais**

Denota-se da leitura do mapa supra, uma clara evolução positiva do grau de execução orçamental. Tal deve-se a uma cuidada e rigorosa gestão dos dinheiros públicos, que norteia a ação e o trabalho desenvolvido e levado a cabo pelo Órgão Executivo. O objetivo é aumentar o grau de execução orçamental nos anos vindouros e manter uma gestão eficiente e eficaz.



**Figura 36** - Gráfico representativo da evolução da execução do orçamento municipal (receita vs despesa)

### 3.2.2. REGULAMENTOS E MANUAIS DE UTILIZADOR

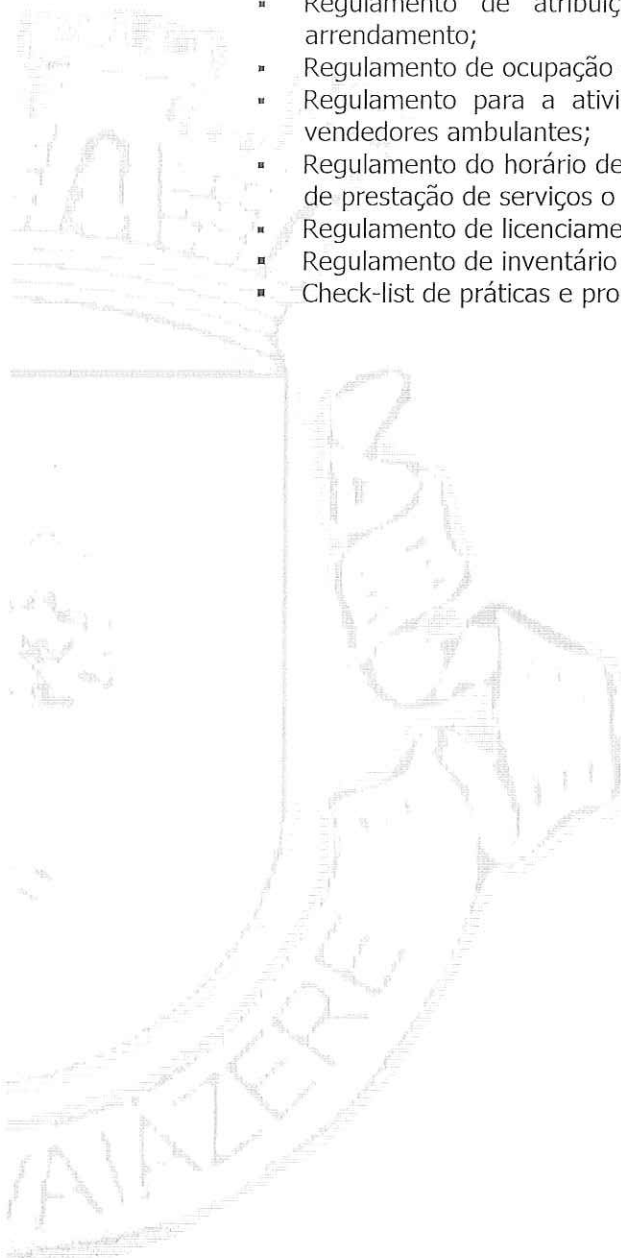
Em obediência às medidas de contenção da despesa e de gestão orçamental definidas pelo Órgão Executivo, também elas referidas no regulamento das NEO, são praticamente esmiuçadas em regulamentos apensos que fazem parte da prática diária dos colaboradores do Município.

Nestes meandros, o Município de Alvaiázere, pretende proceder à revisão de um conjunto alargado de regulamentos e manuais, designadamente:

- Norma de Controlo Interno;
- Manual de procedimentos do serviço de Gestão Financeira;
- Manual de procedimentos da Contabilidade Analítica;
- Manual de procedimentos da Contratação Pública;
- Manual de procedimento interno relativo a processos de execução fiscal e procedimentos de execução de coimas;
- Regulamento Alvaiázere Capital do Chicharo;
- Regulamento da Biblioteca Municipal;
- Regulamento do Cartão Jovem Municipal;
- Regulamento do Cartão Social do Município do Concelho de Alvaiázere;
- Regulamento do Cartão da Idade Maior;
- Regulamento do Museu Municipal;
- Regulamento das Piscinas Municipais de Alvaiázere;
- Regulamento de Preços do Município de Alvaiázere;
- Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Alvaiázere;
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- Regulamento de Utilização de Veículos Municipais;
- Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Alvaiázere;
- Regulamento do Estádio Municipal de Alvaiázere;
- Regulamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Alvaiázere;
- Regulamento do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos do Município de Alvaiázere;

- Regulamento Geral de Taxas Municipais;
- Regulamento de Apoios Socioeducativos (inclui a revogação do regulamento de ação social escolar do Município de Alvaiázere);
- Regulamento da loja de apoio social de Alvaiázere;
- Regulamento de apoio à reabilitação de habitações degradadas de agregados familiares carenciados do Concelho de Alvaiázere;
- Regulamento "Câmara Solidária";
- Regulamento de atribuição e utilização de habitações sociais em regime de arrendamento;
- Regulamento de ocupação de espaço público e de publicidade;
- Regulamento para a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por vendedores ambulantes;
- Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços o Município de Alvaiázere;
- Regulamento de licenciamento das atividades diversas;
- Regulamento de inventário e cadastro do património municipal;
- Check-list de práticas e procedimentos.

*[Handwritten signatures and initials]*





#### 4. ANEXOS

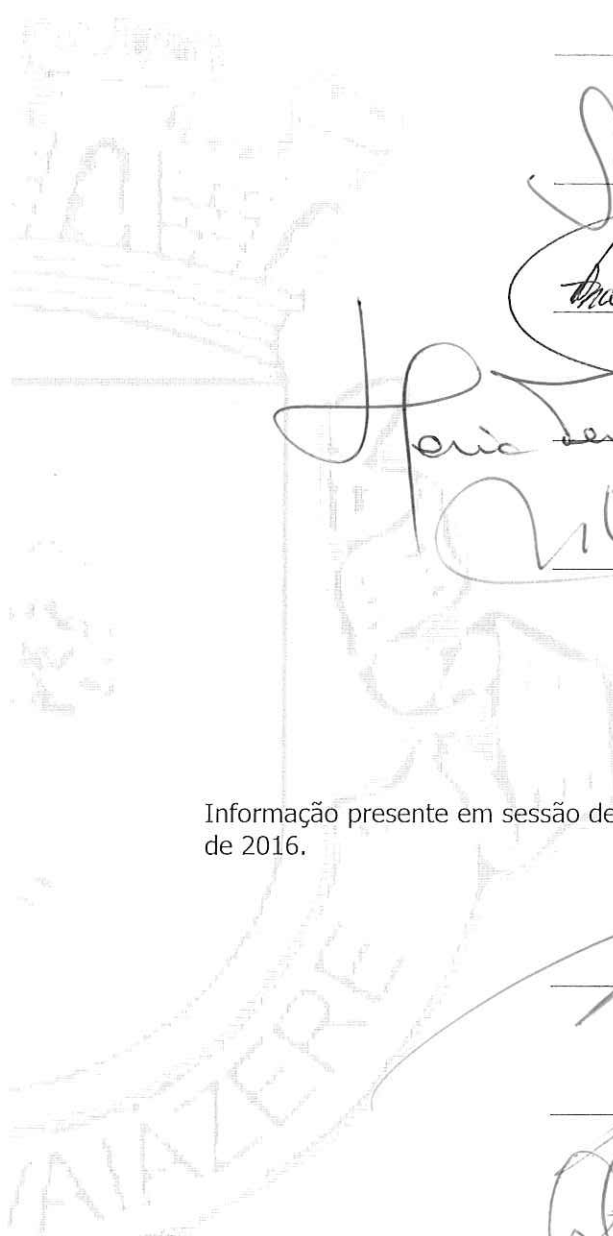
Em fase de acompanhamento e monitorização do PAEL – Programa II, é obrigatório o preenchimento de um conjunto de mapas essenciais à percepção e evolução da execução anual das medidas propostas no PAF, e que integram o presente relatório, a saber:

- Fase de execução
  - Anexo I – Declaração do Presidente da Câmara Municipal;
  - Anexo II – Impacto das medidas no PAF;
- Fase de acompanhamento
  - Quadro I – Síntese da situação financeira atual e previsão de evolução;
  - Quadro II – Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro;
  - Quadro III – Evolução previsional da receita e da despesa;
  - Quadro IV – Mapa previsional da evolução da dívida por curto, médio e longo prazo e do serviço da dívida de EMLP (dívida em 31 de dezembro).





Informação presente em reunião de Câmara Municipal a 20 de abril  
de 2016.

  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]

Informação presente em sessão de Assembleia Municipal a 28 de abril  
de 2016.

[Signature]  
[Signature]  
[Signature]

**Anexo I****PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)****(Programa II)**

Identificação do Município: Município de Alvaiázere (NIPC: 506605949)

Ano 2015			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
1 - Taxas de IMI	X		Para 2015, as taxas de IMI foram fixadas em 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e 0,7% para os restantes
2 - Preços municipais de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos		X	Esta medida encontra-se em fase de estudo e análise de viabilidade económica, com o recurso a uma entidade externa ao Município. Neste momento, já está analisado pelo Vereador responsável pelo Pelouro.
3 - Serviços municipais	X		A estrutura orgânica dos serviços municipais, alterada nos termos legais, contém apenas 2 unidades orgânicas, cumprindo as determinações legislativas neste âmbito.
4 - Autoconsumos municipais	X		Redução e racionalização dos consumos de comunicações móveis e fixas e energia elétrica.
5 - Despesas de funcionamento	X		Redução e racionalização das despesas com seguros, manutenção de elevadores e material de economato e stock, através de procedimentos concursais e recurso a consultas de mercado.
6 - Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública	X		Instalação de relógios astronómicos em todas as freguesias do Concelho com vista à redução dos custos.
7 - Transportes escolares	X		Otimização da rede de transportes escolares, tendo sido efetuado um estudo que permitiu delinear os percursos a percorrer. Para o efeito, foi efetuado um procedimento na modalidade de concurso público.
8 - Quadro de pessoal	X		Redução do n.º total de funcionários através de aposentações e desvinculações, de acordo com o determinado no PAEL e nos sucessivos Orçamentos de Estado.

9 - Processos de contraordenações	X		Em 2015, continuou-se a apostar na formação dos funcionários e centralização de tarefas/ações neste âmbito, com recurso, também, ao Gabinete que nos presta Assessoria Jurídica.
10 - Planeamento e aprovisionamento (concentração da função compras)	X		Centralização das funções de economato e compras. Criação dos diversos armazéns de materiais de stock (armazém geral, economato e informática), os quais possuem os respetivos responsáveis.
11 - Contabilidade Analítica	X		Foi iniciado o sistema de contabilidade analítica em finais de 2013, tendo sido implementado na sua plenitude no decurso do ano de 2014.
12 - Simplificação de políticas e procedimentos	X		Desburocratização dos processos, simplificação de impressos e criação de manuais de procedimentos internos. Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade

Regras de preenchimento:

Na coluna '**Medidas**' devem ser enumeradas todas as medidas que foram referidas no Plano de Ajustamento Financeiro de suporte à candidatura do PAEL, de forma sucinta e clara.

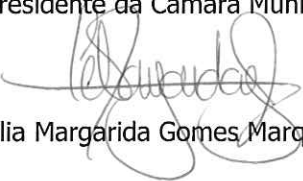
As colunas '**Implementada**' e '**Não implementada**' devem ser assinaladas com (X).

Na coluna '**Observações**' devem indicar a forma de implementação da medida ou a justificação da sua não implementação.

Deve ser remetido, em conjunto com este anexo, e de acordo com o definido na alínea b) do ponto 1 do artigo 12º da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro, **os instrumentos previsionais para 2015**, devidamente aprovados pela Assembleia Municipal.

Este anexo deve ser datado e assinado pelo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara.

Alvaiázere, 11 de abril de 2016

Município de Alvaiázere,  
A Presidente da Câmara Municipal  
  
(Célia Margarida Gomes Marques)

Anexo II  
PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)  
(Programa II)  
MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:

Alvaiázeres

(euros)

Descrição das medidas	Valores Previstos			Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Observações
	2015				
	Previsão no PAF (1)	Previsão no Orçamento (2)	Desvio (3) = (1) - (2)		
<b>B.1 Aumento da receita</b>					
1. Fixação nas taxas máximas do IMI			0		
3. Fixação na taxa máxima da derrama			0		
4. Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais			0		
5. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	186.713	71.800	114.914		
6. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município			0		
7. Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município			0		
8. Venda de património			0		
9. Outras medidas com impacto no aumento da receita			0		
<i>Neutralização geral e automática de todos os prejuízos anteriores</i>	181.086	-237.798	418.884		
<b>Total Aumento de receita (B.1)</b>	367.799	-165.998	533.798		
<b>B.2 Redução da despesa</b>					
10. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal			0		
11. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital			0		
12. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes e de capital			0		
13. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	180.000	900.191	-720.191		
14. Outras medidas com impacto na redução da despesa			0		
<i>... discriminar cada medida numa linha</i>			0		
<b>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</b>	180.000	900.191	-720.191		
<b>B.3 Outras medidas</b>					
<i>15. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)</i>			0		
<i>16. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)</i>			0		
17. Outras medidas b)			0		
<i>... discriminar cada medida numa linha</i>			0		
<b>Total Poupança gerada pelas outras medidas (B.3)</b>	0	0	0		
<b>Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)</b>	547.799	734.193	-186.394		

Câmara Municipal, 20 de abril de 2016

Assembleia Municipal, 28 de abril de 2016

*[Assinaturas e rubricas]*  
Presidente da Câmara Municipal  
Vice-Presidente da Câmara Municipal  
Vice-Presidente da Assembleia Municipal  
Vice-Presidente da Assembleia Municipal

*[Assinaturas e rubricas]*  
Presidente da Assembleia Municipal  
Vice-Presidente da Assembleia Municipal  
Vice-Presidente da Assembleia Municipal

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)  
 QUADRO 1: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Anuidade:

Descrição	2011	2012 total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados	Valores Apurados 2015 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
						2013				2014				2015			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	47.290,85	115.858,31	115.858,31	0,00		110.000,00	66.226,90	-43.773,10		110.000,00	96.550,08	-13.449,92		110.000,00	41.851,86	-68.148,14	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	17.847,70	6.170,69	11.480,60	5.309,91		8.000,00	46.526,28	38.526,28		5.000,00	2.780,56	-2.219,44		4.000,00	11.352,71	7.352,71	
A3. Receita efetiva	9.805.483,07	8.947.803,70	9.618.826,86	671.023,16		9.749.468,00	8.384.973,37	-1.364.494,63		8.903.941,00	7.689.375,37	-1.214.565,63		7.653.941,00	10.261.481,35	2.607.540,35	
A3.1. Receita corrente	5.545.175,90	5.221.577,35	5.496.398,73	274.821,38		5.467.350,00	6.193.609,46	726.259,46		5.583.941,00	6.584.029,73	1.000.088,73		5.583.941,00	6.712.587,96	1.128.646,96	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	4.260.307,17	3.726.226,35	4.122.428,13	396.201,78		4.282.118,00	2.191.363,91	-2.090.754,09		3.320.000,00	1.105.345,64	-2.214.654,36		2.070.000,00	3.548.893,39	1.478.893,39	
... do qual																	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	20.200,00	3.351,00	3.351,00	0,00		70.000,00	0,00	-70.000,00		70.000,00	45.073,00	-24.927,00		70.000,00	7.306,02	-62.693,98	
A4. Despesa efetiva	9.773.468,45	9.573.152,65	9.399.733,02	-173.419,63		9.821.688,00	9.753.527,38	-68.160,62		8.481.188,00	7.364.521,94	-1.116.666,06		7.257.008,00	9.850.674,91	2.593.666,91	
A4.1. Correntes	4.221.273,88	4.117.738,69	3.987.823,83	-129.914,86		4.657.220,00	4.519.140,09	-138.079,91		4.406.220,00	4.183.438,06	-222.781,94		4.568.620,00	4.098.581,49	-470.038,51	
... das quais																	
A4.1.1. Juros	85.351,06	84.821,86	80.862,20	-3.959,66		125.600,00	66.693,84	-58.906,16		118.600,00	79.584,79	-39.015,21		111.000,00	67.326,30	-43.673,70	
a. Resultantes do PAFL			0,00	0,00		41.100,00	23.505,50	-17.594,50		38.600,00	39.520,49	920,49		36.000,00	36.420,35	420,35	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	85.351,06	84.821,86	80.862,20	-3.959,66		84.500,00	43.188,34	-41.311,66		80.000,00	40.064,30	-39.935,70		75.000,00	30.905,95	-44.094,05	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo				0,00				0,00				0,00		0,00	0,00	0,00	
A4.1.2. Despesas com pessoal	1.627.853,80	1.482.097,99	1.508.164,11	26.066,12		1.745.600,00	1.608.989,86	-136.610,14		1.745.600,00	1.541.058,90	-204.541,10		1.745.600,00	1.458.588,45	-287.011,55	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	5.552.194,57	5.455.413,96	5.411.909,19	-43.504,77		5.164.468,00	5.234.387,29	69.919,29		4.074.968,00	3.181.083,88	-893.884,12		2.688.388,00	5.752.093,42	3.063.705,42	
A5. Saldo global	32.014,62	-625.348,95	219.093,84	844.442,79		-72.220,00	-1.368.554,01	-1.296.334,01		422.753,00	324.853,43	-97.899,57		396.933,00	410.806,44	13.873,44	
A5.1. Saldo corrente	1.323.902,02	1.103.838,66	1.508.574,90	404.736,24		810.130,00	1.674.469,37	864.339,37		1.177.721,00	2.400.591,67	1.222.870,67		1.015.321,00	2.614.006,47	1.598.685,47	
A5.2. Saldo de capital	-1.291.887,40	-1.729.187,61	-1.289.481,06	439.706,55		-882.350,00	-3.043.023,38	-2.160.673,38		-754.968,00	-2.075.738,24	-1.320.770,24		-618.388,00	-2.203.200,03	-1.584.812,03	
A6. Saldo primário	117.365,68	-540.527,09	299.956,04	840.483,13		53.380,00	-1.301.860,17	-1.355.240,17		541.353,00	404.438,22	-136.914,78		507.933,00	478.132,74	-29.800,26	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	6.630,00	6.630,00		0,00	-55.244,00	-55.244,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros				0,00				0,00			6.630,00	6.630,00		0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros				0,00				0,00				0,00		0,00	55.244,00	55.244,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	18.705,14	809.237,45	-280.205,85	-1.089.443,30		117.475,00	1.352.350,91	1.234.875,91		-355.031,00	-388.962,21	-33.931,21		-357.604,00	-387.659,72	-30.055,72	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	221.761,95	1.085.000,00	0,00	-1.085.000,00		465.000,00	1.718.332,86	1.253.332,86				0,00		0,00	0,00	0,00	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	203.056,81	275.762,55	280.205,85	4.443,30		347.525,00	365.981,95	18.456,95		355.031,00	388.962,21	33.931,21		357.604,00	387.659,72	30.055,72	
a. Resultantes do PAFL				0,00		92.525,00	105.009,23	12.484,23		95.031,00	124.101,82	29.070,82		97.604,00	124.101,82	26.497,82	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	203.056,81	275.762,55	280.205,85	4.443,30		255.000,00	260.972,72	5.972,72		260.000,00	264.860,39	4.860,39		260.000,00	263.557,90	3.557,90	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo				0,00				0,00				0,00		0,00	0,00	0,00	
A9. Receita total	10.027.245,02	10.032.803,70	9.618.826,86	-413.976,84		10.214.468,00	10.103.306,23	-111.161,77		8.903.941,00	7.696.005,37	-1.207.935,63		7.653.941,00	10.261.481,35	2.607.540,35	
A10. Despesa total	9.976.525,26	9.848.915,20	9.679.938,87	-168.976,33		10.169.213,00	10.119.509,33	-49.703,67		8.836.219,00	7.753.484,15	-1.082.734,85		7.614.612,00	10.293.578,63	2.678.966,63	
A11. Saldo para a gerência seguinte	98.010,61	299.746,81	54.746,30	-245.000,51		155.255,00	50.023,80	-105.231,20		177.722,00	39.071,30	-138.650,70		149.329,00	9.754,58	-139.574,42	
A12. Serviço da dívida	288.407,87	360.584,41	361.068,05	483,64		473.125,00	432.675,79	-40.449,21		473.631,00	468.547,00	-5.084,00		468.604,00	454.986,02	-13.617,98	
A13. Endividamento total	7.771.950,57	6.622.603,41	7.846.784,31	1.224.180,90		7.361.787,72	6.736.883,70	-624.904,02		6.906.756,72	7.131.610,31	224.853,59		6.449.152,72	5.798.049,18	-651.103,54	
A13.1 Bancário	3.695.829,54	3.420.066,99	3.414.790,43	-5.276,56		4.622.541,99	4.767.141,34	144.599,35		4.267.510,99	4.378.179,13	110.668,14		3.909.906,99	3.990.519,41	80.612,42	
A13.1.1 Médio e longo prazo	3.695.829,54	3.420.066,99	3.414.790,43	-5.276,56		4.622.541,99	4.767.141,34	144.599,35		4.267.510,99	4.378.179,13	110.668,14		3.909.906,99	3.990.519,41	80.612,42	
a. Resultante do PAFL				0,00		1.457.475,00	1.613.323,63	155.848,63		1.362.444,00	1.489.221,81	126.777,81		1.264.840,00	1.365.119,99	100.279,99	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	3.695.829,54	3.420.066,99	3.414.790,43	-5.276,56		3.165.066,99	3.153.817,71	-11.249,28		2.905.066,99	2.888.957,32	-16.109,67		2.645.066,99	2.625.399,42	-19.667,57	
A13.1.2 Curto prazo				0,00				0,00				0,00		0,00	0,00	0,00	
A13.2 Fornecedores	4.067.721,80	3.196.245,73	4.402.169,23	1.205.923,50		2.731.245,73	1.933.564,46	-797.681,27		2.631.245,73	2.720.718,95	89.473,22		2.531.245,73	1.785.170,75	-746.074,98	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	8.399,23	6.290,69	29.824,65	23.533,96		8.000,00	36.177,90	28.177,90		8.000,00	32.712,23	24.712,23		8.000,00	22.359,02	14.359,02	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	120	139	153	14,00		110	11	-99,00		100	69	-31,00		95	99	4,00	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do HIRU/INI)

d) O PMP reportado a 31/12/2015 é o reportado pelo DGAL a 30/09/2015, não tendo sido comunicado, ainda, o valor referente a 31/12/2015.

Câmara Municipal

Assembleia Municipal

*[Assinaturas e rubricas da Câmara Municipal]*

*[Assinaturas e rubricas da Assembleia Municipal]*



## QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

c) Devem ser registradas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

Camara Municipal

Asssembleia Municipal

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)  
QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:		Alcaldes:		Data:		Data:											
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					Valores estimados PAF				Valores estimados PAF				Valores estimados PAF			
	2011	2012 total				2013				2014				2015			
Receitas correntes	5.545.175,90	5.221.577,35	5.496.398,73	-274.821,38		5.467.350,00	6.193.609,46	-726.259,46		5.583.941,00	6.584.029,73	-1.000.088,73		5.583.941,00	6.712.587,96	-1.128.646,96	
Impostos directos	581.566,97	590.180,85	629.078,76	-38.897,91		671.879,00	870.857,63	-198.978,63		771.879,00	941.461,58	-169.582,58		771.879,00	1.105.804,33	-333.925,33	
IMI	398.914,02	399.543,48	411.378,63	-11.835,15		480.000,00	640.125,76	-160.125,76		580.000,00	761.659,82	-181.659,82		580.000,00	837.797,95	-257.797,95	
IMI	80.660,76	91.230,86	92.617,75	-1.386,89		86.068,00	78.325,61	7.742,39		86.068,00	39.294,06	46.773,94		86.068,00	132.034,14	-45.966,14	
Derrama				0,00				0,00				0,00				0,00	
Outros	101.992,19	99.406,51	125.082,38	-25.675,87		105.811,00	152.406,26	-46.595,26		105.811,00	140.507,70	-34.696,70		105.811,00	135.972,24	-30.161,24	
Impostos indirectos	21.814,99	2.669,20	9.590,43	-6.921,23		16.861,00	2.281,88	14.579,12		16.861,00	10.084,81	6.776,19		16.861,00	7.151,23	9.709,77	
Taxas, multas e outras penalidades	119.765,56	70.503,47	95.161,29	-24.657,82		111.427,00	69.879,38	41.547,62		111.427,00	70.148,41	41.278,59		111.427,00	96.023,97	15.403,03	
Taxas	114.604,28	68.718,81	93.821,96	-25.103,15		108.079,00	65.824,28	42.254,72		108.079,00	62.764,25	45.314,75		108.079,00	85.735,37	22.343,63	
Multas	5.161,28	1.784,66	1.339,33	445,33		3.348,00	4.055,10	-707,10		3.348,00	7.381,16	-4.036,16		3.348,00	10.288,60	-6.940,60	
Rendimentos da propriedade	569.977,40	680.120,51	806.863,75	-126.743,21		615.571,00	673.335,02	-57.764,02		615.571,00	766.117,53	-150.546,53		615.571,00	675.429,73	-59.858,73	
Transferências correntes	3.591.787,49	3.181.577,52	3.183.402,29	1.175,23		3.302.931,00	3.874.223,31	-571.292,31		3.302.931,00	4.088.990,23	-786.059,23		3.302.931,00	4.220.974,36	-918.043,36	
Venda de bens e serviços correntes	608.592,32	649.889,94	719.699,66	-69.809,72		698.409,00	638.664,48	59.744,52		715.000,00	575.921,38	139.078,62		715.000,00	516.264,63	198.735,37	
Venda de bens	334.487,89	366.065,71	417.585,41	-51.519,67		394.155,00	372.986,80	21.168,20		400.000,00	321.326,18	78.673,82		400.000,00	305.694,04	94.305,96	
Serviços	245.694,62	253.695,42	272.372,29	-18.676,87		269.254,00	234.233,23	35.020,77		280.000,00	223.911,34	56.088,66		280.000,00	174.579,75	105.420,25	
Rendas	28.409,81	30.128,78	29.741,96	386,82		35.000,00	31.444,45	3.555,55		35.000,00	30.683,86	4.316,14		35.000,00	35.990,84	-990,84	
Outras receitas correntes	51.671,17	43.635,83	52.602,55	-8.966,72		50.272,00	64.367,76	-14.095,76		50.272,00	131.305,79	-81.033,79		50.272,00	90.939,71	-40.667,71	
Receitas de capital	4.482.069,12	4.811.226,35	4.122.428,13	688.798,22		4.747.118,00	3.909.696,77	837.421,23		3.320.000,00	1.111.975,64	2.208.024,36		2.070.000,00	3.548.893,39	-1.478.893,39	
Venda de bens de investimento	20.200,00	3.351,00	3.351,00	0,00		70.000,00	0,00	70.000,00		70.000,00	45.073,00	24.927,00		70.000,00	7.306,02	62.693,98	
Terrenos				0,00		50.000,00	0,00	50.000,00		50.000,00	25.000,00	25.000,00		50.000,00	0,00	50.000,00	
Habitações				0,00				0,00				0,00				0,00	
Edifícios				0,00				0,00				0,00				0,00	
Outros bens de investimento	20.200,00	3.351,00	3.351,00	0,00		20.000,00	0,00	20.000,00		20.000,00	20.073,00	-73,00		20.000,00	7.306,02	12.693,98	
Transferências de capital	4.240.107,17	3.722.875,35	4.119.077,13	-396.201,78		4.212.118,00	2.191.363,91	2.020.754,09		3.250.000,00	1.060.272,64	2.189.727,36		2.000.000,00	3.541.587,37	-1.541.587,37	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.457.590,00	1.658.784,00	1.658.785,00	-1,00		1.659.575,00	829.393,00	830.182,00		1.659.575,00	402.251,00	1.257.324,00		1.659.575,00	420.511,00	1.239.064,00	
Ativos financeiros				0,00				0,00			6.630,00	-6.630,00			0,00	0,00	
Passivos financeiros	221.761,95	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00		465.000,00	1.718.332,86	-1.253.332,86				0,00				0,00	
Outras receitas de capital				0,00				0,00				0,00				0,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	17.847,70	9.964,03	11.480,60	-1.516,57		8.000,00	46.526,28	-38.526,28		5.000,00	2.780,56	2.219,44		4.000,00	11.352,71	-7.352,71	
Total receita	10.045.092,72	10.042.767,73	9.630.307,46	412.460,27		10.222.468,00	10.149.832,51	72.635,49		8.908.941,00	7.698.785,93	1.210.155,07		7.657.941,00	10.272.834,06	-2.614.893,06	
Receitas correntes	5.545.175,90	5.221.577,35	5.496.398,73	-274.821,38		5.467.350,00	6.193.609,46	-726.259,46		5.583.941,00	6.584.029,73	-1.000.088,73		5.583.941,00	6.712.587,96	-1.128.646,96	
Receitas de capital	4.482.069,12	4.811.226,35	4.122.428,13	688.798,22		4.747.118,00	3.909.696,77	837.421,23		3.320.000,00	1.111.975,64	2.208.024,36		2.070.000,00	3.548.893,39	-1.478.893,39	

Philip  
J.  
J. Ant  
D  
JL

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)  
QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Alvaiázere

Data:

Data:

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					Valores estimados PAE				Valores estimados PAE				Valores estimados PAE			
	2011	2012 total				2013				2014				2015			
Despesas correntes	4.221.273,88	4.117.738,69	3.987.823,83	129.914,86		4.657.220,00	4.519.140,09	138.079,91		4.406.220,00	4.183.438,06	222.781,94		4.568.620,00	4.098.581,49	470.038,51	
Despesas com o pessoal	1.627.853,80	1.482.097,99	1.508.164,11	-26.066,12		1.745.600,00	1.608.989,86	136.610,14		1.745.600,00	1.541.058,90	204.541,10		1.745.600,00	1.458.588,45	287.011,55	
Remunerações certas e permanentes	1.334.331,26	1.159.826,60	1.197.277,90	-37.451,30		1.350.000,00	1.231.006,21	118.993,79		1.350.000,00	1.191.905,51	158.094,49		1.350.000,00	1.133.878,34	216.121,66	
Abonos variáveis ou eventuais	22.906,38	13.816,08	17.786,30	-3.940,22		27.500,00	17.867,19	9.632,51		27.500,00	12.801,05	14.698,95		27.500,00	12.334,45	15.165,55	
Segurança social	270.616,16	308.425,31	293.099,91	15.325,40		368.100,00	360.116,16	7.983,84		368.100,00	336.352,34	31.747,66		368.100,00	312.375,66	55.724,34	
Aquisição de bens e serviços	2.142.987,96	2.205.868,33	1.960.729,72	245.138,61		2.417.010,00	2.416.498,00	512,00		2.193.010,00	2.156.844,48	36.165,52		2.343.010,00	2.059.390,06	283.619,94	
Aquisição de bens	1.212.455,56	1.097.538,70	972.421,27	125.117,43		1.393.010,00	1.437.888,06	-44.878,06		1.293.010,00	1.108.331,18	184.678,82		1.393.010,00	981.766,87	411.243,13	
Aquisição de serviços	930.532,40	1.108.329,63	988.308,45	120.021,18		1.024.000,00	978.609,94	45.390,06		900.000,00	1.048.513,30	-148.513,30		950.000,00	1.077.623,19	-127.623,19	
Juros e outros encargos	85.351,06	84.821,86	100.680,98	-15.859,12		125.600,00	141.404,58	-15.804,58		118.600,00	101.311,38	17.288,62		111.000,00	167.063,71	-56.063,71	
Resultantes do PAEL				0,00		41.100,00	23.505,50	17.594,50		38.600,00	39.520,49	-920,49		36.000,00	36.420,35	-420,35	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	85.351,06	84.821,86	100.680,98	-15.859,12		84.500,00	117.899,08	-33.399,08		80.000,00	61.790,89	18.209,11		75.000,00	130.643,36	-55.643,36	
Resultantes de endividamento de curto prazo				0,00				0,00				0,00				0,00	
Transferências correntes	294.274,09	279.340,91	362.042,20	-82.701,29		304.500,00	270.243,84	34.256,16		284.500,00	309.650,80	-25.150,80		304.500,00	344.037,38	-39.537,38	
Empresas públicas municipais e intermunicipais				0,00				0,00				0,00			16.636,80	-16.636,80	
Freguesias	45.275,77	42.699,15	63.233,25	-20.534,10		60.000,00	61.586,63	-1.586,63		60.000,00	57.320,38	2.679,62		60.000,00	89.772,93	-29.772,93	
Associações de municípios	31.153,20	32.615,60	28.415,60	4.200,00		30.000,00	27.215,60	2.784,40		30.000,00	18.206,77	11.793,23		30.000,00	32.255,53	-2.255,53	
Instituições sem fins lucrativos	157.008,32	129.818,06	175.869,51	-46.051,45		140.000,00	122.151,76	17.848,24		120.000,00	130.567,03	-10.567,03		140.000,00	142.039,47	-2.039,47	
Famílias	5.748,30	8.052,30	7.722,79	329,51		9.500,00	46.389,85	-36.889,85		9.500,00	89.056,62	-79.556,62		9.500,00	52.332,65	-42.832,65	
Outras	55.088,50	66.155,80	86.801,05	-20.645,25		65.000,00	12.900,00	52.100,00		65.000,00	14.500,00	50.500,00		65.000,00	11.000,00	54.000,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais				0,00				0,00				0,00				0,00	
Famílias				0,00				0,00				0,00				0,00	
Outros				0,00				0,00				0,00				0,00	
Outras despesas correntes	70.806,97	65.609,60	56.206,82	9.402,78		64.510,00	82.003,81	-17.493,81		64.510,00	74.572,50	-10.062,50		64.510,00	69.501,89	-4.991,89	
Despesas de capital	5.755.251,38	5.731.176,51	5.692.115,04	39.061,47		5.511.993,00	5.600.369,24	-88.376,24		4.429.999,00	3.570.046,09	859.952,91		3.045.992,00	6.194.997,14	-3.149.005,14	
Aquisição de bens de capital	5.178.982,84	5.071.973,14	4.993.698,64	78.274,50		4.740.351,00	4.944.034,78	-203.683,78		3.655.851,00	2.708.747,34	947.103,66		2.264.271,00	5.462.800,96	-3.198.529,96	
Investimentos	967.634,65	1.532.729,52	1.433.389,72	99.339,80		2.046.271,00	2.375.967,58	-329.696,58		1.475.271,00	1.243.442,56	231.828,44		1.014.271,00	3.604.747,48	-2.590.476,48	
Terrenos	700,00			0,00		10.000,00	890,00	9.110,00				0,00			31.730,00	-31.730,00	
Habitacões	101.702,66	76.702,00	27.891,39	48.810,61		75.010,00	50.000,00	25.010,00		74.010,00		74.010,00		73.010,00	18.615,44	54.394,56	
Edifícios	387.569,50	714.800,78	746.466,74	-31.665,96		1.107.896,00	1.463.433,11	-355.537,11		707.896,00	676.838,61	31.057,39		407.896,00	2.559.861,37	-2.151.965,37	
Construções diversas	118.896,68	501.149,64	527.017,06	-25.867,42		590.010,00	745.343,70	-155.333,70		490.010,00	283.833,82	206.176,18		390.010,00	185.518,29	204.491,71	
Outros	358.765,81	240.077,10	132.014,53	108.062,57		263.355,00	116.300,77	147.054,23		203.355,00	282.770,13	-79.415,13		143.355,00	809.022,38	-665.667,38	
Locação financeira	151.741,09	84.546,94	91.451,73	-6.904,79		13.500,00	12.310,36	1.189,64				0,00				0,00	
Bens de domínio público	4.059.607,10	3.454.696,68	3.468.857,19	-14.160,51		2.680.580,00	2.555.756,84	124.823,16		2.180.580,00	1.465.304,78	715.275,22		1.250.000,00	1.858.053,18	-608.053,48	
Transferências de capital	90.607,89	83.180,11	75.312,03	7.868,08		116.017,00	128.293,61	-12.276,61		116.017,00	183.989,69	-67.972,69		116.017,00	96.272,95	19.744,05	
Empresas públicas municipais e intermunicipais				0,00				0,00				0,00				0,00	
Freguesias	32.564,00	16.402,00	10.035,00	6.367,00		10.007,00	76.000,00	-65.993,00		10.007,00	21.825,33	-11.818,33		10.007,00	47.500,00	-37.493,00	
Associações de municípios	2.671,54	7.470,33	7.910,97	-440,64		10.000,00	5.756,40	4.243,60		10.000,00	39.971,46	-29.971,46		10.000,00	0,00	10.000,00	
Instituições sem fins lucrativos	41.625,00	42.226,32	42.451,57	-225,25		65.010,00	46.500,00	18.510,00		65.010,00	121.356,50	-56.346,50		65.010,00	45.100,00	19.910,00	
Famílias	2.802,78	17.081,46	14.914,49	2.166,97		10.000,00	37,21	9.962,79		10.000,00	836,40	9.163,60		10.000,00	3.672,95	6.327,05	
Outras	10.944,57			0,00		21.000,00		21.000,00		21.000,00		21.000,00		21.000,00	0,00	21.000,00	
Activos financeiros				0,00				0,00				0,00			55.244,00	-55.244,00	
Passivos financeiros	203.056,81	275.762,55	280.205,85	-4.443,30		347.525,00	365.981,95	-18.456,95		355.031,00	388.962,21	-33.931,21		357.604,00	387.659,72	-30.055,72	
Resultantes do PAEL				0,00		92.525,00	105.009,23	-12.484,23		95.031,00	124.101,82	-29.070,82		97.604,00	124.101,82	-26.497,82	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	203.056,81	275.762,55	280.205,85	-4.443,30		255.000,00	260.972,72	-5.972,72		260.000,00	264.860,39	-4.860,39		260.000,00	263.557,90	-3.557,90	
Resultantes de endividamento de curto prazo				0,00				0,00				0,00				0,00	
Outras despesas de capital	282.603,84	300.260,71	342.898,52	-42.637,81		308.100,00	162.058,90	146.041,10		303.100,00	288.346,85	14.753,15		308.100,00	193.019,51	115.080,49	
Total despesa	9.976.525,26	9.848.915,20	9.679.938,87	168.976,33		10.169.213,00	10.119.509,33	49.703,67		8.836.219,00	7.753.484,15	1.082.734,85		7.614.612,00	10.293.578,63	-2.678.966,63	
Despesa corrente	4.221.273,88	4.117.738,69	3.987.823,83	129.914,86		4.657.220,00	4.519.140,09	138.079,91		4.406.220,00	4.183.438,06	222.781,94		4.568.620,00	4.098.581,49	470.038,51	
Despesa de capital	5.755.25																

Câmara Municipal

*[Assinatura]*  
João Pedro Sousa Soares  
Presidente da Câmara Municipal

Assembleia Municipal

*[Assinatura]*  
Presidente da Assembleia Municipal



Municipios *Abganzere*

[illegible]

Samara Municipal

Assamblea Municipal